

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

Dfs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	12
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	13
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	14
----------------------------------	----

Dfs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	16
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	18
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	19
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	21
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	22
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	24
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	25
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	26
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	27
----------------------------------	----

Relatório da Administração/comentário do Desempenho	29
---	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	97
--	----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, Previsto em Regulamentação Específica da Cvm)	101
---	-----

Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	102
---	-----

Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	103
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	21.779
Preferenciais	0
Total	21.779
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	2.869.304	2.582.770	2.336.807
1.01	Ativo Circulante	967.675	714.734	627.714
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	48.606	49.931	23.061
1.01.03	Contas a Receber	24.662	14.595	21.790
1.01.03.01	Clientes	18.985	5.984	16.976
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.677	8.611	4.814
1.01.04	Estoques	608.415	391.717	337.275
1.01.05	Ativos Biológicos	209.843	213.573	225.252
1.01.06	Tributos a Recuperar	28.555	27.289	12.850
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.136	449	468
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	41.458	17.180	7.018
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	0	10.170	2.934
1.01.08.03	Outros	41.458	7.010	4.084
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	17.223	0	2.647
1.01.08.03.02	Outros ativos	24.235	7.010	1.437
1.02	Ativo Não Circulante	1.901.629	1.868.036	1.709.093
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	305.894	268.458	273.195
1.02.01.04	Contas a Receber	13.026	3.579	9.826
1.02.01.04.02	Títulos a Receber	13.026	3.579	9.826
1.02.01.07	Tributos Diferidos	241.525	215.486	186.538
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	51.343	49.393	76.831
1.02.01.10.03	Tributos a recuperar	29.604	27.920	57.547
1.02.01.10.04	Partes relacionadas	442	400	356
1.02.01.10.05	Outros ativos	15.283	15.537	15.420
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais	6.014	5.536	3.508
1.02.02	Investimentos	1.138.096	1.237.540	1.225.963
1.02.02.01	Participações Societárias	1.124.598	1.233.350	1.221.246
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	13.498	4.190	4.717
1.02.03	Imobilizado	456.210	361.078	208.937

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	164.853	167.944	0
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	291.357	193.134	0
1.02.04	Intangível	1.429	960	998

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	2.869.304	2.582.770	2.336.807
2.01	Passivo Circulante	1.098.688	783.849	703.485
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.936	6.682	8.520
2.01.02	Fornecedores	290.436	159.306	192.460
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.937	9.261	9.263
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	482.035	355.347	318.694
2.01.05	Outras Obrigações	310.344	253.253	174.548
2.01.05.02	Outros	310.344	253.253	174.548
2.01.05.02.04	Adiantamentos de Clientes	189.020	195.625	144.635
2.01.05.02.05	Instrumentos financeiros derivativos	57.334	13.686	3.951
2.01.05.02.06	Tributos Parcelados	6.214	5.780	5.322
2.01.05.02.08	Títulos a pagar	5.387	7.808	7.389
2.01.05.02.10	Arrendamentos e serviços a pagar	52.389	30.354	13.251
2.02	Passivo Não Circulante	985.890	855.902	693.317
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	615.900	474.391	559.912
2.02.02	Outras Obrigações	339.242	359.782	106.790
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	55.237	171.961	86.499
2.02.02.02	Outros	284.005	187.821	20.291
2.02.02.02.06	Tributos Parcelados	9.629	14.713	18.823
2.02.02.02.10	Títulos a pagar	1.053	1.315	1.468
2.02.02.02.11	Arrendamentos a pagar	273.323	171.793	0
2.02.04	Provisões	30.748	21.729	26.615
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	28.724	19.708	24.630
2.02.04.01.06	Provisão para Contingências	28.724	19.708	24.630
2.02.04.02	Outras Provisões	2.024	2.021	1.985
2.02.04.02.04	Provisões para Perdas em Investimento	2.024	2.021	1.985
2.03	Patrimônio Líquido	784.726	943.019	940.005
2.03.01	Capital Social Realizado	2.759.721	2.757.844	2.707.502
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.850.188	-1.793.340	-1.658.621

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-124.807	-21.485	-108.876

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.230.976	801.702	1.092.171
3.01.01	Receita Líquida de vendas	900.776	593.818	794.412
3.01.02	Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas	330.200	207.884	297.759
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-991.739	-790.543	-916.251
3.02.01	Custos dos Produtos Vendidos	-712.791	-592.461	-641.987
3.02.02	Realização do valor justo dos ativos biológicos	-278.948	-198.082	-274.264
3.03	Resultado Bruto	239.237	11.159	175.920
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.454	-42.250	-45.390
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.295	-2.357	-22.483
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-47.617	-45.901	-48.665
3.04.02.01	Gerais e Administrativas e Incluindo Armazenagem	-47.617	-45.901	-42.054
3.04.02.02	Honorários da Administração	0	0	-6.611
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	10.745	-11.139	2.156
3.04.05.01	Provisão para perdas em investimentos	-3	-36	-232
3.04.05.03	Outras receitas (despesas), líquidas	10.748	-11.103	2.388
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	36.713	17.147	23.602
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	236.783	-31.091	130.530
3.06	Resultado Financeiro	-319.670	-131.673	-110.829
3.06.01	Receitas Financeiras	19.634	10.130	35.142
3.06.02	Despesas Financeiras	-339.304	-141.803	-145.971
3.06.02.01	Despesas financeiras	-162.612	-139.318	-137.237
3.06.02.02	Variações cambiais, líquidas	-83.969	2.857	-16.162
3.06.02.03	Derivativos, Líquidos	-92.723	-5.342	7.428
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-82.887	-162.764	19.701
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	26.039	28.045	22.561
3.08.02	Diferido	26.039	28.045	22.561
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-56.848	-134.719	42.262
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-56.848	-134.719	42.262
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-56.848	-134.719	42.262
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-103.322	87.391	-92.950
4.02.01	Resultado líquido com instrumentos financeiros designados como hedge accounting	-103.322	87.391	-84.745
4.02.03	Alteração no regime de tributação em 1ª de janeiro de 2018	0	0	-8.205
4.03	Resultado Abrangente do Período	-160.170	-47.328	-50.688

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-41.024	25.878	46.987
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	87.021	80.590	119.939
6.01.01.01	Prejuízo (Lucro) antes do imposto de renda e contribuição social	-82.887	-162.764	19.701
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-36.713	-17.147	-23.602
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	54.044	55.386	32.146
6.01.01.04	Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado	-3.046	-14.876	-955
6.01.01.05	Provisão das perdas estimadas em estoques	-1.595	2.147	20
6.01.01.06	Impairment de propriedade para investimento	0	0	2.603
6.01.01.07	Juros e variações cambiais, líquidos	91.134	197.455	95.314
6.01.01.09	Provisão para demandas judiciais	24.594	7.580	8.143
6.01.01.10	Provisão para perdas em investimentos	3	36	232
6.01.01.11	Realização do valor justo dos ativos biológicos	278.948	198.082	274.264
6.01.01.12	Ajuste a valor presente de ativos e passivos financeiros	14.252	13.288	10.612
6.01.01.13	Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	-330.200	-207.884	-297.759
6.01.01.15	Despesas com planos de outorga de opções de compra de ações	0	0	45
6.01.01.17	Provisão dos créditos tributários ao valor recuperável	0	-1.356	-7.909
6.01.01.18	Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis	-2.583	5.301	-344
6.01.01.19	Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	81.070	5.342	7.428
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-27.670	9.616	-2.270
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-11.647	9.681	-4.651
6.01.02.02	Estoques	225.661	-39.769	-51.080
6.01.02.03	Ativos Biológicos	-392.603	-10.189	-20.630
6.01.02.04	Tributos a Recuperar	-30.555	-7.866	-7.894
6.01.02.05	Títulos a receber	-4.171	22.271	7.966
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-11.161	-1.985	-1.050
6.01.02.07	Mútuos	0	0	41.131
6.01.02.08	Despesas Antecipadas	-5.687	19	231
6.01.02.09	Pagamentos de demandas judiciais	-4.895	-12.545	-2.864
6.01.02.10	Outros Ativos	-16.971	-1.755	-1.614

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01.02.11	Fornecedores	188.086	-25.026	31.830
6.01.02.12	Adiantamento de Clientes	-6.605	50.990	-4.464
6.01.02.13	Salários e contribuições sociais	1.254	-1.838	-2.810
6.01.02.14	Ativos não circulantes mantidos para venda	0	2.934	42
6.01.02.15	Tributos a recolher	26.281	25.735	10.799
6.01.02.16	Instrumentos financeiros derivativos	0	0	-3.215
6.01.02.17	Títulos a pagar	-2.683	266	1.634
6.01.02.18	Dívida com a União - PESA	0	0	-3.430
6.01.02.19	Tributos parcelados	0	0	13.749
6.01.02.20	Arrendamentos a pagar	18.026	-1.307	-5.950
6.01.03	Outros	-100.375	-64.328	-70.682
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-923	0
6.01.03.02	Juros pagos	-72.472	-70.832	-70.682
6.01.03.03	Instrumentos financeiros derivativos	-27.903	7.427	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-13.906	-371	449
6.02.01	Aplicações Financeiras	0	0	466
6.02.02	Recebimento pela venda de ativo imobilizado	5.195	19.514	14.920
6.02.03	Aquisição de Imobilizado	-18.472	-19.690	-14.782
6.02.06	Aquisição de intangível	-629	-195	-155
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	53.605	1.363	-34.889
6.03.01	Captações de empréstimos e financiamentos	419.461	285.221	263.944
6.03.02	Aumento de Capital	1.877	50.342	0
6.03.05	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-374.869	-360.508	-297.262
6.03.08	Recebimentos de partes relacionadas, líquidos	71.263	56.215	0
6.03.10	Instrumentos financeiros derivativos pagos - Swap	-26.742	-387	0
6.03.11	Pagamentos de passivos de arrendamentos	-28.617	-23.337	0
6.03.12	Pagamentos de custos de captação	-4.118	-2.531	-1.571
6.03.13	Adesão tributos parcelados	656	416	0
6.03.14	Pagamento tributos parcelados	-5.306	-4.068	0

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.325	26.870	12.547
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	49.931	23.061	10.514
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	48.606	49.931	23.061

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.778.695	-20.851	0	-1.793.340	-21.485	943.019
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.778.695	-20.851	0	-1.793.340	-21.485	943.019
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.877	0	0	0	0	1.877
5.04.01	Aumentos de Capital	1.877	0	0	0	0	1.877
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-56.848	-103.322	-160.170
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-56.848	0	-56.848
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-103.322	-103.322
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-103.322	-103.322
5.07	Saldos Finais	2.780.572	-20.851	0	-1.850.188	-124.807	784.726

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.728.353	-20.851	0	-1.658.621	-108.876	940.005
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.728.353	-20.851	0	-1.658.621	-108.876	940.005
5.04	Transações de Capital com os Sócios	50.342	0	0	0	0	50.342
5.04.01	Aumentos de Capital	50.000	0	0	0	0	50.000
5.04.08	Conversão de ações - bônus de subscrição	342	0	0	0	0	342
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-134.719	87.391	-47.328
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-134.719	0	-134.719
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	87.391	87.391
5.05.02.09	Variação cambial de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	87.391	87.391
5.07	Saldos Finais	2.778.695	-20.851	0	-1.793.340	-21.485	943.019

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.728.353	-20.851	1.890	-1.701.546	-15.926	991.920
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-1.272	0	-1.272
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.728.353	-20.851	1.890	-1.702.818	-15.926	990.648
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-1.890	44.197	-92.950	-50.643
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	42.262	0	42.262
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-1.890	1.935	-92.950	-92.905
5.05.02.06	Efeitos com plano de opções de ações reconhecidos no exercício	0	0	45	0	0	45
5.05.02.07	Efeitos com descontinuidade plano de opções	0	0	-1.935	1.935	0	0
5.05.02.08	Outros resultados abrangentes do exercício	0	0	0	0	-92.950	-92.950
5.07	Saldos Finais	2.728.353	-20.851	0	-1.658.621	-108.876	940.005

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	1.368.078	970.040	1.154.187
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.000.172	744.881	850.035
7.01.02	Outras Receitas	365.323	230.460	303.808
7.01.02.01	Outras Receitas	38.247	22.822	6.545
7.01.02.03	Valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	330.200	207.884	297.759
7.01.02.05	Abatimentos e devolução de vendas	-3.124	-246	-496
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	2.583	-5.301	344
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-954.717	-743.199	-863.236
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-196.953	-157.648	-264.178
7.02.04	Outros	-757.764	-585.551	-599.058
7.02.04.01	Matérias-primas consumidas	-440.196	-356.940	-314.892
7.02.04.02	Realização do valor justo dos ativos biológicos	-278.948	-198.082	-274.264
7.02.04.05	Perdas estimadas em estoques	1.595	-2.147	-20
7.02.04.06	Outras despesas	-40.215	-28.382	-9.882
7.03	Valor Adicionado Bruto	413.361	226.841	290.951
7.04	Retenções	-54.044	-55.386	-32.146
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-54.044	-55.386	-32.146
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	359.317	171.455	258.805
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	190.512	61.229	83.219
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	36.713	17.147	23.602
7.06.02	Receitas Financeiras	153.802	44.118	59.849
7.06.03	Outros	-3	-36	-232
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	549.829	232.684	342.024
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	549.829	232.684	342.024
7.08.01	Pessoal	68.612	66.999	72.934
7.08.01.01	Remuneração Direta	61.478	60.308	65.845
7.08.01.02	Benefícios	2.511	1.938	1.780
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.623	4.753	5.309
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.559	4.116	13.399

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.02.01	Federais	-12.826	-11.763	-1.980
7.08.02.02	Estaduais	18.232	15.736	15.100
7.08.02.03	Municipais	153	143	279
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	532.506	296.288	213.429
7.08.03.01	Juros	532.136	286.528	182.736
7.08.03.02	Aluguéis	137	8.432	27.558
7.08.03.03	Outras	233	1.328	3.135
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-56.848	-134.719	42.262
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-56.848	-134.719	42.262

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	2.909.605	2.488.577	2.325.009
1.01	Ativo Circulante	1.010.744	728.619	657.974
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	82.804	50.357	30.677
1.01.03	Contas a Receber	25.065	17.307	37.682
1.01.03.01	Clientes	18.990	6.160	17.111
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	6.075	11.147	20.571
1.01.04	Estoques	610.230	389.819	339.835
1.01.05	Ativos Biológicos	209.843	213.573	225.252
1.01.06	Tributos a Recuperar	35.118	39.623	16.841
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.207	580	658
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	41.477	17.360	7.029
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	0	10.170	0
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	0	0	2.934
1.01.08.03	Outros	41.477	7.190	4.095
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	17.223	0	2.647
1.01.08.03.02	Outros ativos	24.254	7.190	1.448
1.02	Ativo Não Circulante	1.898.861	1.759.958	1.667.035
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	330.653	292.738	324.993
1.02.01.04	Contas a Receber	13.026	3.579	9.833
1.02.01.04.02	Títulos a receber	13.026	3.579	9.833
1.02.01.07	Tributos Diferidos	241.525	215.486	186.538
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	76.102	73.673	128.622
1.02.01.10.03	Tributos a recuperar	54.786	52.581	91.204
1.02.01.10.05	Outros Ativos	15.283	15.537	15.420
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais	6.033	5.555	21.998
1.02.02	Investimentos	13.498	4.190	4.717
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	13.498	4.190	4.717
1.02.03	Imobilizado	1.277.797	1.186.585	1.060.842
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	986.440	993.451	1.060.842

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	291.357	193.134	0
1.02.04	Intangível	276.913	276.445	276.483

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	2.909.605	2.488.577	2.325.009
2.01	Passivo Circulante	1.101.747	786.858	710.134
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.947	6.698	8.557
2.01.02	Fornecedores	290.452	159.337	192.461
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.786	11.007	11.069
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	482.035	355.347	319.781
2.01.05	Outras Obrigações	311.527	254.469	178.266
2.01.05.02	Outros	311.527	254.469	178.266
2.01.05.02.04	Adiantamentos de Clientes	189.020	195.653	146.695
2.01.05.02.05	Cessão de Direito de Uso	57.334	13.686	0
2.01.05.02.06	Tributos Parcelados	7.369	6.900	6.943
2.01.05.02.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	5.415	7.876	3.951
2.01.05.02.10	Arrendamentos e serviços a pagar	52.389	30.354	13.251
2.01.05.02.12	Títulos a pagar	0	0	7.426
2.02	Passivo Não Circulante	1.023.132	758.700	674.870
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	615.900	474.391	562.974
2.02.02	Outras Obrigações	286.914	192.101	24.624
2.02.02.02	Outros	286.914	192.101	24.624
2.02.02.02.06	Tributos Parcelados	12.124	17.501	21.665
2.02.02.02.10	Títulos a pagar	1.467	2.807	2.959
2.02.02.02.11	Arrendamentos a Pagar	273.323	171.793	0
2.02.03	Tributos Diferidos	91.295	72.215	62.642
2.02.04	Provisões	29.023	19.993	24.630
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	29.023	19.993	24.630
2.02.04.01.06	Provisão para Contingências	29.023	19.993	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	784.726	943.019	940.005
2.03.01	Capital Social Realizado	2.759.721	2.757.844	2.707.502
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.850.188	-1.793.340	-1.658.621
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-124.807	-21.485	-108.876

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.233.462	802.697	1.119.007
3.01.01	Receita Líquida de vendas	903.262	595.052	818.922
3.01.02	Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	330.200	207.645	300.085
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-946.198	-759.812	-906.297
3.02.01	Custos dos Produtos Vendidos	-667.250	-561.730	-632.033
3.02.02	Realização do valor justo dos ativos biológicos	-278.948	-198.082	-274.264
3.03	Resultado Bruto	287.264	42.885	212.710
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-38.866	-73.945	-75.902
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.295	-2.357	-22.493
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-48.931	-48.338	-51.584
3.04.02.01	Gerais e administrativas, incluindo armazenagem	-48.931	-41.559	-44.973
3.04.02.02	Honorários da Administração	0	-6.779	-6.611
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	12.360	-23.250	-1.825
3.04.05.02	(Perda) reversão por redução ao valor recuperável de recebíveis	0	0	-1.994
3.04.05.03	Outras receitas (despesas), líquidas	12.360	-23.250	169
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	248.398	-31.060	136.808
3.06	Resultado Financeiro	-312.205	-120.847	-103.093
3.06.01	Receitas Financeiras	20.497	9.453	36.947
3.06.02	Despesas Financeiras	-332.702	-130.300	-140.040
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-156.010	-127.720	-131.298
3.06.02.02	Variações cambiais, líquidas	-83.969	2.762	-16.170
3.06.02.03	Derivativos, líquidos	-92.723	-5.342	7.428
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-63.807	-151.907	33.715
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	6.959	17.188	8.547
3.08.01	Corrente	0	-1.282	0
3.08.02	Diferido	6.959	18.470	8.547
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-56.848	-134.719	42.262
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-56.848	-134.719	42.262
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-56.848	-134.719	42.262

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-2,62370	-6,59770	2,35920

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-56.848	-134.719	42.262
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-103.322	87.391	-92.950
4.02.01	Resultado Líquido com Instrumentos Financeiros Designados Como Hedge Accounting	-103.322	87.391	-84.745
4.02.03	Alteração no regime de tributário em 1º de janeiro de 2018	0	0	-8.205
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-160.170	-47.328	-50.688
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-160.170	-47.328	-50.688

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	64.272	79.751	53.012
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	137.627	121.969	160.618
6.01.01.01	Prejuízo (Lucro) antes do imposto de renda e contribuição social	-63.807	-151.907	33.715
6.01.01.03	Depreciações e Amortizações	55.670	51.928	35.448
6.01.01.04	Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado	-3.043	2.366	-995
6.01.01.05	Provisão das perdas estimadas em estoques	-1.595	2.147	20
6.01.01.07	Juros e variações cambiais, líquidos	84.184	197.746	95.035
6.01.01.08	Impairment de propriedade para investimento	0	0	2.603
6.01.01.09	Provisão para demandas judiciais	24.608	7.865	8.143
6.01.01.11	Realização do Valor Justo dos ativos biológicos	278.948	198.082	274.264
6.01.01.12	Ajuste a valor presente de Ativos e Passivos financeiros	14.209	13.151	9.607
6.01.01.13	Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	-330.200	-207.645	-300.085
6.01.01.15	Despesas com planos de outorga de opções de compra de ações	0	0	45
6.01.01.17	Provisão dos créditos tributários ao valor recuperável	0	-2.168	-4.441
6.01.01.18	Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis	-2.417	5.062	-169
6.01.01.19	Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	81.070	5.342	7.428
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	27.091	22.499	-36.636
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-11.653	9.832	-4.801
6.01.02.02	Estoques	223.285	-33.925	-51.064
6.01.02.03	Ativos Biológicos	-392.603	-10.189	-20.630
6.01.02.04	Tributos a Recuperar	-30.131	-12.046	-7.772
6.01.02.05	Títulos a Receber	-1.020	41.870	11.778
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-11.161	16.486	-2.042
6.01.02.08	Despesas antecipadas	-5.627	78	3.522
6.01.02.09	Pagamentos de demandas judiciais	-4.895	-12.545	-2.864
6.01.02.10	Outros ativos	-16.810	-1.923	-1.617
6.01.02.11	Fornecedores	237.656	-54.201	26.646
6.01.02.12	Adiantamento de Clientes	-6.633	48.958	-2.593
6.01.02.13	Salários e contribuições sociais	1.249	-1.859	-2.877

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01.02.14	Ativos não circulantes mantidos para venda	0	2.934	42
6.01.02.15	Tributos a recolher	31.209	30.038	13.202
6.01.02.16	Instrumentos financeiros derivativos	0	0	-3.215
6.01.02.17	Títulos a pagar	-3.801	298	1.264
6.01.02.18	Dívida com a União - PESA	0	0	-3.430
6.01.02.19	Tributos parcelados	0	0	12.801
6.01.02.20	Arrendamentos a pagar	18.026	-1.307	-2.986
6.01.03	Outros	-100.446	-64.717	-70.970
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-925	0
6.01.03.02	Juros pagos	-72.543	-71.219	-70.970
6.01.03.03	Instrumentos financeiros derivativos	-27.903	7.427	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-13.910	-373	499
6.02.01	Aplicações Financeiras	0	0	710
6.02.02	Recebimento pela venda de ativo imobilizado	5.195	19.514	14.920
6.02.03	Aquisição de imobilizado	-18.477	-19.690	-14.972
6.02.06	Aquisição de Intangível	-628	-197	-159
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-17.915	-59.698	-33.395
6.03.01	Captações de Empréstimos e Financiamentos	419.461	285.221	268.823
6.03.02	Aumento de Capital	1.877	50.342	0
6.03.05	Amortização de empréstimos e financiamentos	-374.869	-364.799	-300.647
6.03.09	Pagamentos de custos de captação	0	0	-1.571
6.03.10	Instrumentos financeiros derivativos pagos - Swap	-26.742	-387	0
6.03.11	Pagamentos de passivos de arrendamentos	-28.616	-23.337	0
6.03.12	Pagamentos de custos de captação	-4.118	-2.531	0
6.03.13	Adesão tributos parcelados	672	691	0
6.03.14	Pagamento tributos parcelados	-5.580	-4.898	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	32.447	19.680	20.116
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	50.357	30.677	10.561
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	82.804	50.357	30.677

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.778.695	-20.851	0	-1.793.340	-21.485	943.019	0	943.019
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.778.695	-20.851	0	-1.793.340	-21.485	943.019	0	943.019
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.877	0	0	0	0	1.877	0	1.877
5.04.01	Aumentos de Capital	1.877	0	0	0	0	1.877	0	1.877
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-56.848	-103.322	-160.170	0	-160.170
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-56.848	0	-56.848	0	-56.848
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-103.322	-103.322	0	-103.322
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-103.322	-103.322	0	-103.322
5.07	Saldos Finais	2.780.572	-20.851	0	-1.850.188	-124.807	784.726	0	784.726

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.728.353	-20.851	0	-1.658.621	-108.876	940.005	0	940.005
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.728.353	-20.851	0	-1.658.621	-108.876	940.005	0	940.005
5.04	Transações de Capital com os Sócios	50.342	0	0	0	0	50.342	0	50.342
5.04.01	Aumentos de Capital	50.000	0	0	0	0	50.000	0	50.000
5.04.08	Conversão de ações - bônus de subscrição	342	0	0	0	0	342	0	342
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-134.719	87.391	-47.328	0	-47.328
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-134.719	0	-134.719	0	-134.719
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	87.391	87.391	0	87.391
5.05.02.09	Varição Cambial de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	87.391	87.391	0	87.391
5.07	Saldos Finais	2.778.695	-20.851	0	-1.793.340	-21.485	943.019	0	943.019

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.728.353	-20.851	1.890	-1.701.546	-15.926	991.920	0	991.920
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-1.272	0	-1.272	0	-1.272
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.728.353	-20.851	1.890	-1.702.818	-15.926	990.648	0	990.648
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-1.890	44.197	-92.950	-50.643	0	-50.643
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	42.262	0	42.262	0	42.262
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-1.890	1.935	-92.950	-92.905	0	-92.905
5.05.02.06	Efeitos com plano de opções de ações reconhecidos no exercício	0	0	45	0	0	45	0	45
5.05.02.07	Efeitos com descontinuidade plano de opções	0	0	-1.935	1.935	0	0	0	0
5.05.02.08	Outros resultados abrangentes do exercício	0	0	0	0	-92.950	-92.950	0	-92.950
5.07	Saldos Finais	2.728.353	-20.851	0	-1.658.621	-108.876	940.005	0	940.005

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	1.373.907	974.327	1.184.118
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.004.989	746.271	877.633
7.01.02	Outras Receitas	366.501	233.118	306.316
7.01.02.01	Outras Receitas	40.229	26.114	7.656
7.01.02.03	Valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	330.200	207.645	300.085
7.01.02.05	Abatimentos e devolução de vendas	-3.928	-641	-1.425
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	2.417	-5.062	169
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-908.440	-733.663	-857.421
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-150.262	-127.490	-252.970
7.02.04	Outros	-758.178	-606.173	-604.451
7.02.04.01	Matérias-primas consumidas	-440.196	-356.940	-314.892
7.02.04.02	Realização do valor justo dos ativos biológicos	-278.948	-198.082	-274.264
7.02.04.05	Perdas estimadas em estoques	1.595	-2.147	-20
7.02.04.06	Outras despesas	-40.629	-49.004	-15.275
7.03	Valor Adicionado Bruto	465.467	240.664	326.697
7.04	Retenções	-55.670	-51.928	-35.448
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-55.670	-51.928	-35.448
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	409.797	188.736	291.249
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	154.665	43.441	61.654
7.06.02	Receitas Financeiras	154.665	43.441	61.654
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	564.462	232.177	352.903
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	564.462	232.177	352.903
7.08.01	Pessoal	68.730	67.106	73.050
7.08.01.01	Remuneração Direta	61.578	60.398	65.944
7.08.01.02	Benefícios	2.523	1.948	1.790
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.629	4.760	5.316
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	26.437	14.978	29.941
7.08.02.01	Federais	6.750	-1.876	13.477
7.08.02.02	Estaduais	19.504	16.655	16.068

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.02.03	Municipais	183	199	396
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	526.143	284.812	207.650
7.08.03.01	Juros	525.505	274.809	176.381
7.08.03.02	Aluguéis	137	8.432	27.558
7.08.03.03	Outras	501	1.571	3.711
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-56.848	-134.719	42.262
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-56.848	-134.719	42.262

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2020 foi um ano de grandes transformações para a Terra Santa Agro. No ano marcado pela pandemia mundial da COVID-19, em que praticamente todos os setores da economia foram duramente impactados, o agronegócio se mostrou altamente resiliente. Em um cenário muito atípico que une preços extremamente elevados das commodities agrícolas e Real muito desvalorizado o nosso setor deve viver um dos melhores anos da sua história na safra 2021/22 e a Terra Santa Agro está pronta e preparada para se beneficiar deste cenário econômico extremamente favorável.

Nós sempre tivemos uma visão de longuíssimo prazo, temos trabalhado para construir uma Companhia que durará para sempre. Nesse contexto, desde que nossos indicadores operacionais começaram a se despontar entre os melhores do setor, há alguns anos, que nós começamos a preparar a Companhia para poder capturar oportunidades de crescimento e se figurar como consolidadora em um mercado extremamente fragmentado e, ainda, pouco profissionalizado. Como nós já temos uma estrutura altamente organizada, no mais alto nível de governança corporativa, faltava ainda estabelecer uma cultura organizacional sólida e que colocasse as pessoas no centro, aumentar, ainda mais, a nossa rentabilidade e resolver o problema do nosso alto nível de endividamento.

A consequência desse trabalho foi o resultado que pôde ser observado trimestre a trimestre em nossos Balanços e nossos releases. Assim, sempre pensando no melhor para nossos stakeholders, em novembro nós decidimos assinar um Memorando de Entendimentos com a SLC Agrícola, por meio do qual a SLC deverá incorporar as operações agrícolas da Terra Santa Agro. Esperamos, com essa transação, resolver o problema do nosso endividamento que é tão danoso para nossa rentabilidade e para o desempenho das nossas atividades operacionais e comerciais e assim melhorar as condições de trabalho de todos os nossos colaboradores e, ao mesmo tempo, gerar valor para os nossos acionistas. Fazendo uma analogia com o nosso negócio, a transação poderia ser vista como uma colheita antecipada dos frutos que viriam por conta do estabelecimento de uma Companhia sólida, sofisticada, inovadora, com visão de futuro e que tem o foco nas pessoas e o resultado como consequência.

Nossas operações seguem acontecendo normalmente, a safra 2020/21 tem demandado constantes replanejamentos que se iniciaram com o atraso do plantio por causa da falta de chuvas em outubro e continuaram por causa do aumento de 5 a 7 dias no ciclo da soja e pelo nível excessivo de chuvas no final de fevereiro e início de março. A maneira como nós nos organizamos, de forma descentralizada e colaborativa, nos ajudou a sermos ágeis e eficientes nas decisões que tomamos e o resultado foi um plantio de algodão e de milho em uma janela muito melhor do que a média do Estado do MT, fator preponderante na definição da produtividade.

Em 2020, a operação da Terra Santa Agro apresentou sólido desempenho, alcançando o maior EBITDA Ajustado de sua história, que totalizou R\$ 222,5 milhões, com crescimento de 48,3% em relação a 2019. Os bons resultados operacionais da safra 2019/20, com recordes de produtividades das culturas de soja e

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

algodão, aliado à desvalorização cambial que impactou positivamente os preços de venda, gerou um EBITDA Ajustado de R\$ 261,8 milhões, contra um EBITDA Ajustado de R\$ 176,3 milhões, acumulado referente à safra 2018/19 até dezembro de 2019. Já o nosso endividamento, apesar do forte resultado operacional, não apresentou redução entre dezembro de 2019 e dezembro de 2020, a contra partida foi um aumento na conta de estoque de algodão que foi marcado em R\$ 28,6 milhões em dezembro de 2020 contra R\$7,7 milhões em dezembro de 2019. Com o aumento da área de algodão houve a extensão do período de beneficiamento que nesta safra terminou em 3 de fevereiro de 2021, contra 15 de janeiro de 2020 da safra passada e 17 de janeiro de 2019 na safra retrasada.

Para finalizar, gostaríamos de agradecer a toda nossa equipe de colaboradores pelo engajamento e empenho, aos nossos fornecedores e acionistas pela confiança e parceria ao longo desse 2020 tão intenso. Com relação a 2021, seguimos confiantes no trabalho de nossa equipe, enquanto aguardamos a conclusão da transação entre a Terra Santa Agro e a SLC, que criará uma gigante na produção de commodities agrícolas, além da criação de uma empresa de terras, um novo marco na história da Terra Santa.

Notas Explicativas

1 Informações gerais

1.1 Atividades operacionais

A Terra Santa Agro S.A ("Companhia" ou "Terra Santa Agro"), foi constituída em 18 de julho de 2003, sob a denominação de Brasil Biodiesel Comércio e Indústria de Óleos Vegetais Ltda., como uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, tendo atualmente sede na Praça General Gentil Falcão, 108 - cj 81, Brooklin Novo, São Paulo - SP.

Em 9 de novembro de 2006, por meio do OFÍCIO/CVM/SEP/RIC/no 046/2006, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) concedeu à Companhia o registro de "Companhia Aberta", possibilitando a negociação de ações ordinárias de sua emissão no mercado de bolsa de valores (B3).

A Companhia tem como objetivo principal alcançar a excelência operacional na produção de grãos e fibras e no desenvolvimento de terras e, em conjunto com a controlada TS Brasil S.A., exploram atividades agrícolas, com destaque para as culturas de soja, milho e algodão, e suas atividades consistem basicamente em:

- cultivo de produtos agrícolas e sua comercialização;
- comercialização de insumos agropecuários;
- beneficiamento do algodão em caroço, próprio e de terceiros; e
- prestação de serviços de armazenagem de produtos agrícolas.

Essas atividades são exploradas em terras próprias, arrendadas de terceiros e sob regime de parceria agrícola com a controlada TS Brasil S.A.

1.2 Situação econômica e financeira da Companhia

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas apresentaram capital circulante líquido negativo de R\$ 131.013 e R\$ 91.003 na controladora e consolidado (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 69.115 e R\$ 58.239), respectivamente, substancialmente representado pelos passivos bancários, fornecedores exigíveis, adiantamento de clientes e passivos de arrendamentos nos próximos 12 (doze) meses.

Uma parcela importante dos passivos bancários da Companhia corresponde à dívida de custeio, constituída para financiar a safra, a qual é liquidada com recursos da própria safra. Considerando o êxito já obtido em renegociações com fornecedores e bancos nos últimos anos, a Administração espera que a parcela referente ao custeio, que inclui capital de giro, venha a ser integralmente renovada conforme prática característica do setor.

A geração de caixa da Companhia conta, ainda, com algumas ações implementadas e outras que ainda estão em andamento, tais como:

- (i) Plano de venda de ativos, não operacionais ou pouco rentáveis, em valor aproximado de R\$ 131.241. Até 31 de dezembro de 2020 a Companhia efetuou a venda de R\$ 56.897 equivalente a 43% do plano de venda, sendo que desse montante de vendas, R\$ 49.004 já foi convertido em caixa.
- (ii) Outras alternativas de financiamento por meio de emissões públicas no mercado de capitais e capital próprio. Visando equalizar sua estrutura de capital, reduzindo sua alavancagem, e reforçar

Notas Explicativas

o capital de giro da Companhia, o Conselho de Administração aprovou em 29 de abril de 2019 por meio da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia, aumento de capital no valor de R\$ 50.000, integralizado em 14 de junho de 2019, mediante subscrição privada de novas ações ordinárias. Também, como vantagem adicional aos subscritores das novas ações ordinárias, foram emitidos R\$ 100.000 em bônus de subscrição, que podem ser convertidos até o dia 29 de abril de 2022. Foi realizada a conversão do bônus de subscrição de 17.118 ações, totalizando em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 1.877.

Vale destacar que faz parte das atribuições cotidianas da Companhia o monitoramento contínuo da expectativa de geração de caixa e gestão financeira que contempla a captação de novos recursos necessários para o financiamento das operações nos próximos meses. Por isso, a Administração está confiante na capacidade que a Companhia tem de operacionalizar seus planos de financiamento e na consequente manutenção de sua continuidade operacional. É importante destacar que a Companhia possui patrimônio significativamente superior às suas obrigações financeiras e operacionais, representado majoritariamente por terras agrícolas que tem valor de mercado equivalente a R\$ 1.363.479 conforme indicado por laudo externo de avaliação preparado em outubro de 2020 e que estão sujeitas a condições de garantias divulgadas na Nota 16.5.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, o que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações, conforme prazos divulgados na Nota 24.8 (ii). Adicionalmente, a Administração acredita que o pagamento das suas obrigações ocorrerá conforme o planejado e que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com captações alternativas de recursos, próprios ou de terceiros, conforme ações descritas nos parágrafos anteriores. Diante disso, a Administração tem expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

1.3 Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações financeiras

O exercício de 2020 trouxe consigo um grande desafio causado pela pandemia ocasionada pelo novo Coronavírus (Covid-19), trazendo sérios impactos na economia global e nos mercados financeiros.

No referido período, a desvalorização cambial afetou as informações financeiras intermediárias da Companhia, impactando de forma positiva o lucro operacional e prejudicando o resultado financeiro. Adicionalmente, os saldos de ativos e passivos relacionados com o dólar foram aumentados, tais como estoques de produtos agrícolas, ativos biológicos, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Dentro deste novo contexto, o agronegócio é um dos setores menos impactados até o momento. No curto prazo, a administração espera impactos negativos relacionados a atrasos nos embarques de suas mercadorias, com a consequente postergação do fluxo de caixa dos seus recebíveis, sem, contudo, afetar a liquidez da Companhia. Nesse exercício de 2020, a Companhia não teve situação de renegociação de recebíveis por parte dos clientes e não identificou indicadores que pudessem aumentar o risco de não recebimento de seus ativos financeiros. Ademais, não houve qualquer redução nos níveis de atividade da Companhia e a produção agrícola continua ocorrendo normalmente nas suas unidades operacionais.

Em relação a fontes de financiamentos, não se observou alteração significativa nas fontes de recursos, devendo-se ressaltar o importante suporte dos grandes bancos credores em rolagens negociadas no período.

A desvalorização do real frente ao dólar estadunidense, provocada pela crise, foi superior à queda nos preços das *commodities* que a Companhia opera, resultando em um resultado maior do que o esperado para as vendas de algodão e milho da safra 19/20, que ainda não estão 100% comercializados, e um lucro esperado (que vem sendo capturando via fixação de preços) superior ao pré-Covid para todas as culturas.

Notas Explicativas

1.4 Potencial combinação de negócios com a SLC Agrícola S.A.– Memorando de entendimentos não vinculante

Conforme comunicado aos acionistas de 26 de novembro de 2020, a Companhia assinou um Memorando de Entendimentos não vinculante (“Memorando”) com a SLC Agrícola S.A. (“SLC Agrícola”) que estabelece premissas, termos e condições indicativos para uma transação em que a SLC Agrícola assumiria as operações agrícolas da Companhia, por meio da incorporação das ações da Companhia pela SLC Agrícola.

Em preparação para a combinação de negócios pretendida, a Companhia pretende realizar uma reorganização societária visando a segregação de ativos e passivos vinculados às propriedades rurais e correspondentes benfeitorias, para uma nova sociedade anônima a ser formada.

Foi estabelecido um prazo de exclusividade de até 120 dias corridos contados a partir da data de assinatura do Memorando, para que a SLC Agrícola conduza o processo de diligência e as partes e intervenientes-anuentes negociem de boa-fé visando à celebração dos documentos definitivos da operação. Os termos do Memorando foram negociados de forma independente pelos representantes das partes e intervenientes-anuentes. Além das condições usuais para este tipo de operação, tais como celebração dos documentos definitivos, o Memorando estabelece as seguintes condições para a realização da operação: (i) conclusão satisfatória de um processo de diligência a ser realizada na Controladora; (ii) aprovação da operação pelos órgãos deliberativos da Controladora e da SLC Agrícola, conforme aplicável, incluindo os respectivos conselhos de administração e assembleias gerais de acionistas; (iii) conclusão da reorganização societária relacionada à Controladora para segregação de determinados ativos e passivos; e (iv) anuência e aprovação de autoridades governamentais, terceiros e credores para a consumação da operação.

As partes submeteram a operação à aprovação do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, em paralelo à realização da diligência e a negociação dos documentos definitivos da operação, sendo que no dia 6 de janeiro de 2021, foi aprovado pelo CADE a proposta de combinação de negócios com a SLC Agrícola. A decisão do CADE transitou em julgado em 25 de janeiro de 2021.

A efetivação da operação está condicionada a verificação das demais condições precedentes, conforme mencionado acima. A operação da Companhia, segue seu curso normal, incluindo-se os planos de safra e suas implicações, até a conclusão da operação aqui mencionada.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Notas Explicativas

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelo ativo biológico que está mensurado ao valor justo menos despesas com vendas e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Companhia e suas controladas operam no segmento agrícola e a administração considera como uma única unidade de negócio. As operações da Companhia são controladas, gerenciadas e monitoradas pela administração de forma integrada.

Em 10 de março de 2021, foi autorizada pela administração da Companhia e pelo Conselho de Administração a emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.2 Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia os resultados das controladas são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial.

Notas Explicativas

Os resultados das controladas adquiridas são incluídas nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição do controle.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as adotadas pela Controladora. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

A Companhia possui investimentos até 31 de dezembro nas seguintes empresas controladas, as quais foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

	Percentual de participação no capital total e votante	
	2020	2019
Buriti Agrícola Ltda.	100,00	100,00
Crateús Algodoeira S.A.	99,48	99,48
Ecotrans Transporte, Serviços e Locação de Equipamentos e Máquinas Ltda.	99,98	99,98
Mocuri Agrícola Ltda.	99,94	99,94
TS Brasil S.A.	100,00	100,00

2.3 Conversão de moeda estrangeira

2.3.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as companhias atuam ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

2.3.2 Transações e saldos

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. Os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com resgate de até 90 dias da data da aplicação conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Notas Explicativas

2.5 Instrumentos financeiros

2.5.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) Ativos ao valor justo por meio do resultado; (b) Ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (c) Ativos ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

(a) Ativos ao valor justo por meio do resultado

Os ativos ao valor justo por meio do resultado são ativos mantidos para negociação, quando adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (proteção) em uma contabilização de *hedge*. A metodologia para apuração do valor justo está descrito na Nota 24.

(b) Ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Quando aplicável, são incluídos nesta categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercado ativo ou não cotadas em mercado ativo, mas que possam ter os valores justos estimados razoavelmente, além dos instrumentos financeiros designados como instrumentos de *hedge* (proteção) em uma contabilização de *hedge*.

(c) Ativos ao custo amortizado

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos ao custo amortizado são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros é imaterial.

2.5.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados ao valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

2.5.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são substancialmente representados por fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorrido e subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

Notas Explicativas

2.5.4 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*.

(a) *Hedge de fluxo de caixa*

Em 12 de fevereiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia deliberou pela interrupção da designação de novos instrumentos financeiros na política de *hedge accounting*. A partir desta data, as variações cambiais incorridas nestes instrumentos financeiros, não designados, foram contabilizadas diretamente a resultado do exercício. O saldo de R\$ 123.697 contabilizado na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial" será registrado no resultado conforme cronograma de realização do objeto de *hedge*, estimado para o resultado dos exercícios de 2021 e 2022.

Essa decisão possui caráter estratégico, visto que o câmbio é um componente relevante no segmento da Companhia, que utilizando boas práticas de *hedge* de fluxo de caixa protege analogamente o resultado financeiro.

(b) *Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado*

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Resultado financeiro".

2.6 Contas a receber de clientes e títulos a receber

São demonstradas ao valor de realização, ajustados por provisão para perda constituída com base na avaliação da administração quanto a eventuais perdas na realização de contas a receber. Os montantes a receber de clientes são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Para os saldos de títulos a receber relativos à venda de imóveis e equipamentos o tratamento é semelhante, aplicando-se ainda, o ajuste a valor presente para as parcelas de longo prazo.

2.7 Estoques

Os estoques dos produtos agrícolas são avaliados pelo valor realizável líquido. A Companhia e suas controladas constituem provisão para redução ao valor líquido de realização dos estoques, quando necessário.

Os demais estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, que não excede o valor líquido de realização.

O custo dos estoques está baseado no princípio do custo médio e incluem gastos incorridos na aquisição e transportes. No caso de estoques de produtos acabados e estoques de produtos em elaboração, o custo inclui parte dos gastos gerais de fabricação, determinados com base na capacidade normal de operação.

Notas Explicativas

2.8 Combinações de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia, dos passivos incorridos pela Companhia na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por:

- ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados que são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 - "Impostos sobre a Renda" e IAS 19 - "Benefícios aos Empregados" (equivalentes aos CPC 32 e CPC 33), respectivamente;
- passivos ou instrumentos de patrimônio relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações da Companhia celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da adquirida são mensurados de acordo com a IFRS 2 - "Pagamento Baseado em Ações" (equivalentes ao CPC 10) na data de aquisição; e
- ativos classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 - "Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas" (equivalente ao CPC 31) são mensurados conforme essa Norma.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICPC 09, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis as demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

2.9 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado da Companhia e das suas controladas estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da depreciação e amortização acumuladas e da provisão para baixa decorrente do teste de recuperação (*impairment*). São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear (Nota 16), de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados e ajustados, caso aplicável, ao final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Notas Explicativas

Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, quaisquer ganhos ou perdas na baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.10 Ágio

O ágio (*goodwill*) resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O ágio é submetido anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar redução no seu valor recuperável. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em exercícios subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

2.11 Ativos intangíveis com vida útil definida

Ativos intangíveis, com vida útil definida, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.12 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No final de cada exercício, a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma evidência de perda não recuperável, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperado. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

2.13 Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia e suas controladas correspondem, substancialmente, às culturas de algodão, soja e milho e são mensurados pelo valor justo menos as despesas de venda.

As lavouras de algodão, soja e milho são culturas temporárias, nas quais o produto agrícola é colhido após um período que varia de 110 a 180 dias após a data de plantio, dependendo da cultura, variedade, localização geográfica e condições climáticas. Essas lavouras são cultivadas pela Companhia com o objetivo de colher e comercializar o produto agrícola correspondente. As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo desses ativos biológicos estão demonstradas na Nota 8. O valor justo dos ativos biológicos é determinado no seu reconhecimento inicial e na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado pela diferença entre o valor justo e os custos incorridos com plantio e tratamentos culturais dos ativos biológicos até o momento da avaliação, deduzido das eventuais variações acumuladas do valor justo de exercícios anteriores, quando aplicável (demonstrações intermediárias), sendo registrado no resultado do exercício na rubrica "Variação do valor justo dos ativos biológicos".

Notas Explicativas

Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo menos as despesas de venda se aproxima do correspondente valor de custo de formação até aquele momento, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando não se espera que o impacto dessa transformação sobre o preço seja material (basicamente no caso lavouras plantadas a poucos dias do encerramento das demonstrações financeiras ou culturas de ciclo curto) sendo que, nesses casos, os gastos incorridos podem permanecer avaliados ao custo.

2.14 Arrendamentos

A norma sobre Arrendamentos IFRS16/CPC 06(R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para Companhia.

No início do contrato, a Companhia e suas controladas determinam se o contrato é ou contém um arrendamento de acordo com o IFRS16/CPC 06(R2). Após avaliação dos contratos a Companhia reconhece novos ativos relacionados aos contratos de acordo com prazos contratuais.

No arrendamento é reconhecido um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Para o contrato de parceria agrícola firmado com a controlada TS Brasil S.A. (100% baseado no resultado da produção), o entendimento da Companhia é pela inaplicabilidade no escopo da norma contábil e, consequentemente a Companhia não possui variáveis com base na produção e os arrendamentos não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes a propriedade do ativo subjacente.

2.15 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativas. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.16 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Notas Explicativas

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e suas controladas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais possam ser usados.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.17 Outros passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

2.18 Apuração do resultado e reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de impostos, devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas controladas.

As receitas de vendas são reconhecidas na demonstração do resultado quando o controle é transferido ao comprador. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa quanto à sua realização.

Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e o controle legal é transferido.

2.19 Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de adiantamentos de contratos de câmbio, aplicações financeiras, clientes, variação monetária e cambial ativa e passiva, e descontos obtidos de fornecedores pelo pagamento antecipado de duplicatas, conforme demonstrado na Nota 28.

2.20 Resultado por ação

Conforme a IAS 33 e o CPC 41 - "Resultado por Ação", o lucro líquido (prejuízo) por ação deve ser apresentado como básico e diluído (Nota 30).

Notas Explicativas

2.21 Normas novas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas estão em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020. A Companhia e suas controladas não adotaram essas normas na preparação destas demonstrações financeiras, pois após avaliação de seu conteúdo, concluiu não ter impactos relevantes em suas demonstrações financeiras. A seguir está uma relação dessas normas:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência (alterações às IFRS 7 e IFRS 9); e
- Impacto da aplicação inicial da alteração à IFRS 16 – Concessões de Aluguel relacionados à Covid-19 (emendas ao CPC 06/IFRS 16).

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.22 Reapresentação de valores correspondentes

A Companhia efetuou ajustes nas demonstrações financeiras correspondentes das demonstrações do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e dos fluxos de caixa do exercício findo nesta mesma data, em razão de erros identificado na sua preparação, conforme descrito a seguir:

- a) Registro contábil de “operações de *performance*” adquiridas pela Companhia para cumprir com contratos de Adiantamento de Contrato Câmbio:

O resultado obtido com operações de *performance* adquiridas pela Companhia estão sendo registrados como componente do resultado financeiro, pelo seu valor líquido, na demonstração do resultado, associado ao cumprimento de compromissos de contratos de financiamentos. Anteriormente, a Companhia reconhecia essas operações como se fosse o principal na operação de venda e, consequentemente, reconhecia os efeitos dessas operações nas rubricas de Receita líquida de vendas e Custo dos produtos vendidos, na demonstração do resultado, pelos montantes contratuais dos produtos embarcados e custo de compra da operação de *performance*, respectivamente.

Na avaliação da Companhia, sua atuação nessas operações não é caracterizada como principal, nos termos do CPC 47/ IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente, haja vista que não exerce nenhuma atividade chave que determine o seu controle sobre o ativo e não possui qualquer risco de crédito associado à operação de exportação. Dessa forma, a Companhia ajustou sua política contábil com base nos seguintes principais pontos:

- Todas as condições comerciais com o exportador já foram previamente acordadas com o vendedor da Operação de *performance*. Não há qualquer participação da Companhia nessas definições que incluem, quantidade, qualidade, preço, data de entrega, condições de pagamentos etc.
- A aquisição da Operação de *performance* pela Companhia e o embarque do produto são formalizadas praticamente em um evento único. O vendedor da Operação de *performance* já tem o produto no local de embarque, quando, documentalmente, transfere os produtos para a Companhia e essa para o exportador. Dessa forma, não há qualquer controle ou risco da Companhia sobre o estoque;

Notas Explicativas

- Determinadas operações são realizadas apenas após a comprovação da liquidação financeira da operação;
- Em outras operações, a Companhia figura apenas como intermediária entre empresas do mesmo grupo econômico, em que a empresa produtora agrícola localizada no Brasil possui um contrato com uma *trading* comercial do mesmo grupo localizada no exterior; e
- O resultado auferido pela Companhia em uma “compra e venda” de Operação de *performance* corresponde à “*performance fee*” que é cobrado pela parte que vendeu a Operação de *performance*.

Os efeitos desse ajuste nas demonstrações financeiras de 2019 estão apresentados a seguir, na Nota 2.22.1.

- b) Classificação dos gastos com exportação e fretes sobre vendas na demonstração do resultado apresentada por função:

Na avaliação da Companhia, os gastos com exportação e fretes para o transporte dos produtos das suas dependências até o destino combinado com o cliente são custos necessários para se cumprir com a obrigação de *performance* e, logo, devem ser componente do custo dos produtos vendidos (CPV), conforme previsto no CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes na seção de "Custos para cumprir um contrato". Anteriormente, esses gastos estavam registrados como Despesas com vendas, na demonstração do resultado.

Esse conceito considera como custo das vendas, os gastos necessários para se cumprir com a obrigação de desempenho e, conseqüentemente, reconhecer a receita. Para a Companhia, os gastos com exportação e frete sobre a venda são necessários para cumprir com sua obrigação de desempenho e, conseqüentemente, reconhecer a receita de vendas. Adicionalmente, os preços de vendas são aumentados nas vendas em que a Companhia tem a obrigação de entregar, substancialmente para remunerar esse custo adicional para se cumprir com a referida obrigação.

Os efeitos desse ajuste nas demonstrações financeiras de 2019 estão apresentados a seguir, na Nota 2.22.1.

- c) Impactos dos pagamentos de passivos de arrendamento com produto agrícola e das liquidações de contas a pagar com mútuos com partes relacionadas na demonstração dos fluxos de caixa:

A Companhia mantém contratos de arrendamentos de terras na modalidade de parceria agrícola, os quais preveem a liquidação mediante a entrega, pelo arrendatário ao arrendador, de uma quantidade fixa de soja em grãos. Dessa forma, a Companhia utiliza dos produtos agrícolas colhidos para liquidar esses passivos de arrendamento. Adicionalmente o produto agrícola objeto dessa transação retorna para Companhia através de operação *intercompany* gerando um contas a pagar na Controladora e um contas a receber na Controlada essa operação é liquidada através de mútuo. Em 2019, a Companhia classificava esses pagamentos como atividades de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa.

De acordo com o CPC 03/ IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa, as atividades de financiamento devem compreender os pagamentos em caixa pelo arrendatário para a redução do passivo relativo ao arrendamento e os pagamentos em caixa pelo adquirente da mercadoria, para redução do contas a pagar e, portanto, a Companhia reavaliou a apresentação dos pagamentos de arrendamentos e do contas a pagar *intercompany* como itens que não movimentam caixa na sua demonstração dos fluxos de caixa, e concluiu que estes valores devem ser divulgados como transações que não envolvem caixa e equivalentes de caixa.

Notas Explicativas

- d) Impactos da reconciliação de matérias-primas consumidas e juros e variações cambiais líquidas na Demonstração do valor adicionado.

O valor das matérias-primas consumidas contempla o valor dos tributos, mesmo que recuperados no registro do estoque, dessa forma foi reconciliados os saldos e realizado a segregação devida nas rubricas mencionadas. Em 2019, a Companhia classificava esses valores como adição de juros e variações cambiais.

Os efeitos desse ajuste nas demonstrações financeiras de 2019 estão apresentados a seguir, na Nota 2.22.1.

2.22.1 Efeitos da representação

A Companhia retificou os valores correspondentes, individuais e consolidados, referentes às demonstrações do resultado e do resultado abrangente, do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, bem como das demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado, do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em conformidade com o CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, conforme demonstrado a seguir:

- a) Demonstração do resultado

	Controladora		
	31 de dezembro de 2019		
	Conforme divulgado anteriormente	Operações de performance	Frete sobre vendas Reapresentado
Receita líquida de vendas	752.348	(158.530)	593.818
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	207.884		207.884
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(198.082)		(198.082)
Custo dos produtos vendidos	<u>(722.424)</u>	<u>152.464</u>	<u>(592.461)</u>
Lucro bruto	39.726	(6.066)	11.159
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	(24.858)		(2.357)
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem	(45.901)		(45.901)
Resultado de equivalência patrimonial	17.147		17.147
Provisão para perdas em investimentos	(36)		(36)
Outras receitas líquidas	<u>(11.103)</u>		<u>(11.103)</u>
	<u>(64.751)</u>		<u>(42.250)</u>
Prejuízo operacional	(25.025)	(6.066)	(31.091)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	10.130		10.130
Despesas financeiras	(137.977)	(1.341)	(139.318)
Derivativos, líquidos	(5.342)		(5.342)
Variações cambiais, líquidas	<u>(4.550)</u>	<u>7.407</u>	<u>2.857</u>
	<u>(137.739)</u>	<u>6.066</u>	<u>(131.673)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(162.764)		(162.764)
Imposto de renda e contribuição social			
Diferidos	<u>28.045</u>		<u>28.045</u>
Prejuízo do exercício	(134.719)		(134.719)
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	<u>(134.719)</u>		<u>(134.719)</u>

Notas Explicativas

	Consolidado			
	31 de Dezembro de 2020			
	Conforme divulgado anteriormente	Operações de performance	Frete sobre vendas	Reapresentado
Receita líquida de vendas	753.582	(158.530)		595.052
Varição do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	207.645			207.645
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(198.082)			(198.082)
Custo dos produtos vendidos	(691.693)	152.464	(22.501)	(561.730)
Lucro bruto	71.452	(6.066)	(22.501)	42.885
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas	(24.858)		22.501	(2.357)
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem	(48.338)			(48.338)
Outras receitas líquidas	(23.250)			(23.250)
	(96.446)		22.501	(73.945)
Prejuízo operacional	(24.994)	(6.066)		(31.060)
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	9.453			9.453
Despesas financeiras	(126.379)	(1.341)		(127.720)
Derivativos, líquidos	(5.342)			(5.342)
Variações cambiais, líquidas	(4.645)	7.407		2.762
	(126.913)	6.066		(120.847)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(151.907)			(151.907)
Imposto de renda e contribuição social				
Do período	(1.282)			(1.282)
Diferidos	18.470			18.470
Prejuízo do exercício	(134.719)			(134.719)
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(134.719)			(134.719)

Notas Explicativas

b) Demonstração dos fluxos de caixa

	Controladora - 31 de dezembro de 2019			Consolidado - 31 de dezembro de 2019		
	Conforme divulgado anteriormente	Arrendamentos e Partes relacionadas	Reapresentado	Conforme divulgado anteriormente	Arrendamentos e Partes relacionadas	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Prejuízo antes do imposto sobre a renda e da contribuição social	(162,764)		(162,764)	(151,907)		(151,907)
Ajustes de:						
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	(207,884)		(207,884)	(207,645)		(207,645)
Realização do valor justo dos ativos biológicos	198,082		198,082	198,082		198,082
Depreciações e amortizações	55,386		55,386	51,928		51,928
Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado	(14,876)		(14,876)	2,366		2,366
Resultado da equivalência patrimonial	(17,147)		(17,147)			
Provisão para perdas em investimentos	36		36			
Despesas com planos de outorga de opções de compra de ações						
Provisão para demandas judiciais	7,580		7,580	7,865		7,865
Reversão da provisão dos créditos tributários ao valor recuperável	(1,356)		(1,356)	(2,168)		(2,168)
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis	5,301		5,301	5,062		5,062
Provisão (reversão) das perdas estimadas em estoques	2,147		2,147	2,147		2,147
Ajuste a valor presente de ativos e passivos financeiros	13,288		13,288	13,151		13,151
Juros e variações cambiais, líquidos	197,455		197,455	197,746		197,746
Derivativos líquidos	5,342		5,342	5,342		5,342
Variação nos ativos e passivos:						
Contas a receber de clientes	9,681		9,681	9,832		9,832
Títulos a receber	22,271		22,271	41,870		41,870
Estoques	(39,769)		(39,769)	(33,925)		(33,925)
Ativos biológicos	11,198	(21,387)	(10,189)	11,198	(21,387)	(10,189)
Tributos a recuperar	(7,866)		(7,866)	(12,046)		(12,046)
Despesas antecipadas	19		19	78		78
Outros ativos	(1,755)		(1,755)	(1,923)		(1,923)
Ativos não circulantes mantidos para venda	2,934		2,934	2,934		2,934
Depósitos judiciais	(1,985)		(1,985)	16,486		16,486
Salários e contribuições sociais	(1,838)		(1,838)	(1,859)		(1,859)
Fornecedores	(54,229)	36,055	(18,174)	(54,201)		(54,201)
Tributos a recolher	25,735		25,735	30,038		30,038
Adiantamentos de clientes	50,990		50,990	48,958		48,958
Instrumentos financeiros derivativos						
Tributos parcelados						
Arrendamentos a pagar	(1,307)		(1,307)	(1,307)		(1,307)
Pagamentos de demandas judiciais	(12,545)		(12,545)	(12,545)		(12,545)
Mútuos	85,418	(85,418)				
Títulos a pagar	266		266	298		298
Caixa gerado pelas atividades operacionais	167,808	(70,750)	97,058	165,855	(21,387)	144,468
Imposto de renda e contribuição social pagos	(923)		(923)	(925)		(925)
Juros pagos	(72,684)	1,852	(70,832)	(73,071)	1,852	(71,219)
Instrumentos financeiros derivativos pagos	7,427		7,427	7,427		7,427
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	101,628	(68,898)	32,730	99,286	(19,535)	79,751
Fluxo de caixa das atividades de investimento						
Aplicações financeiras						
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	19,514		19,514	19,514		19,514
Aquisição de imobilizado	(19,690)		(19,690)	(19,690)		(19,690)
Aquisição de intangível	(195)		(195)	(197)		(197)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(371)		(371)	(373)		(373)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento						
Captações de empréstimos e financiamentos	285,221		285,221	285,221		285,221
Amortização de empréstimos e financiamentos	(360,508)		(360,508)	(364,799)		(364,799)
Pagamentos de custos de captação	(2,531)		(2,531)	(2,531)		(2,531)
Pagamentos de passivos de arrendamentos	(42,872)	19,535	(23,337)	(42,872)	19,535	(23,337)
Recebimento de partes relacionadas, líquidos		49,363	49,363			
Instrumentos financeiros derivativos recebidos	(387)		(387)	(387)		(387)
Adesão tributos parcelados	416		416	691		691
Pagamento tributos parcelados	(4,068)		(4,068)	(4,898)		(4,898)
Aumento do capital social	50,342		50,342	50,342		50,342
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(74,387)	68,898	(5,489)	(79,233)	19,535	(59,698)
Aumento líquido de caixas e equivalentes de caixa	26,870		26,870	19,680		19,680
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	23,061		23,061	30,677		30,677
Caixas e equivalentes de caixa no final do período	49,931		49,931	50,357		50,357

Notas Explicativas

c) Demonstração do valor adicionado

	Controladora - 31 de Dezembro de 2019			Consolidado - 31 de dezembro de 2019		
	Conforme divulgado anteriormente	Operações de performance	Reapresentando	Conforme divulgado anteriormente	Operações de performance	Reapresentando
Receitas						
Vendas de mercadorias e serviços	903.411	(158.530)	744.881	904.801	(158.530)	746.271
Outras receitas	22.822		22.822	26.114		26.114
Abatimentos e devolução de vendas	(246)		(246)	(641)		(641)
(Perda) reversão por redução ao valor recuperável de recebíveis	(5.301)		(5.301)	(5.062)		(5.062)
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	207.884		207.884	207.645		207.645
	<u>1.128.570</u>	<u>(158.530)</u>	<u>970.040</u>	<u>1.132.857</u>	<u>(158.530)</u>	<u>974.327</u>
Insumos adquiridos de terceiros						
Matérias-primas consumidas	(315.768)	(41.172)	(356.940)	(315.768)	(41.172)	(356.940)
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(198.082)		(198.082)	(198.082)		(198.082)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(351.284)	193.636	(157.648)	(321.126)	193.636	(127.490)
(Provisão) reversão para perdas estimadas em estoques	(2.147)		(2.147)	(2.147)		(2.147)
Outras despesas	(28.382)		(28.382)	(49.004)		(49.004)
	<u>(895.663)</u>	<u>152.464</u>	<u>(743.199)</u>	<u>(886.127)</u>	<u>152.464</u>	<u>(733.663)</u>
Valor adicionado bruto	232.907	(6.066)	226.841	246.730	(6.066)	240.664
Depreciações e amortizações	(55.386)		(55.386)	(51.928)		(51.928)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>177.521</u>	<u>(6.066)</u>	<u>171.455</u>	<u>194.802</u>	<u>(6.066)</u>	<u>188.736</u>
Valor adicionado recebido em transferência						
Resultado de equivalência patrimonial	17.147		17.147			
Provisão para perdas em investimentos	(36)		(36)			
Receitas financeiras	44.118		44.118	43.441		43.441
Valor adicionado total a distribuir	<u>238.750</u>	<u>(6.066)</u>	<u>232.684</u>	<u>238.243</u>	<u>(6.066)</u>	<u>232.177</u>
Distribuição do valor adicionado						
Pessoal:						
Remuneração direta	60.308		60.308	60.398		60.398
Benefícios	1.938		1.938	1.948		1.948
FGTS	4.753		4.753	4.760		4.760
Impostos, taxas e contribuições:						
Federais	16.282		16.282	16.594		16.594
Estaduais	15.736		15.736	16.655		16.655
Municipais	143		143	199		199
Diferidos	(28.045)		(28.045)	(18.470)		(18.470)
Remuneração de capitais de terceiros:						
Juros e variações cambiais	292.594	(6.066)	286.528	280.875	(6.066)	274.809
Multas	1.328		1.328	1.571		1.571
Aluguéis e arrendamentos	8.432		8.432	8.432		8.432
Remuneração de capitais próprios:						
(Prejuízo) lucro líquido do período	(134.719)		(134.719)	(134.719)		(134.719)
Valor adicionado distribuído	<u>238.750</u>	<u>(6.066)</u>	<u>232.684</u>	<u>238.243</u>	<u>(6.066)</u>	<u>232.177</u>

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as demais demonstrações financeiras, apresentadas de forma comparativa, e que compreendem as demonstrações do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e das mutações do patrimônio líquido do exercício de 2019, não sofreram alterações e, portanto, não estão sendo reapresentadas.

Notas Explicativas

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC determinam que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: recuperabilidade do ágio, mensuração dos ativos biológicos e realização dos créditos tributários diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Nesse contexto, destaca-se que as projeções de resultados futuros da Companhia, que suportam (i) a avaliação do valor de mercado da Companhia, considerando o seu valor em uso, utilizado para avaliação de *impairment* e do ágio (Nota 17) (ii) a estimativa de resultados tributáveis futuros, que suporta o registro e a manutenção dos créditos tributários diferidos. Adicionalmente, essas projeções apresentam alta sensibilidade, principalmente no que se refere às variações na taxa de câmbio e nos preços das *commodities* agrícolas e as estimativas de produtividade com as quais a Companhia trabalha.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Bancos em moeda nacional	15.942	28.086	50.140	28.512
Bancos em moeda estrangeira	32.307	21.845	32.308	21.845
Aplicações financeiras (i)	357		356	
	<u>48.606</u>	<u>49.931</u>	<u>82.804</u>	<u>50.357</u>

- (i) As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e, portanto, foram consideradas como equivalentes de caixa, a taxa média anual de rendimentos incidente sobre aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2020, varia entre 90% a 100% do CDI. Essas aplicações financeiras são mantidas em bancos de primeira linha.

Notas Explicativas**5 Contas a receber de clientes**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Clientes em moeda nacional	3.449	2.744	3.650	2.939
Clientes em moeda estrangeira	16.235	5.293	16.235	5.293
	19.684	8.037	19.885	8.232
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(699)	(2.053)	(895)	(2.072)
	<u>18.985</u>	<u>5.984</u>	<u>18.990</u>	<u>6.160</u>

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
A vencer:				
Até 30 dias	17.329	3.663	17.335	3.663
De 31 a 90 dias		101		101
De 91 a 180 dias				
Vencidos:				
Até 30 dias (i)	1.351	3.668	1.351	3.668
De 31 a 90 dias	523	225	523	225
De 91 a 180 dias	62	376	62	376
Acima de 180 dias	419	4	614	199
	<u>19.684</u>	<u>8.037</u>	<u>19.885</u>	<u>8.232</u>

- (i) Os valores foram substancialmente recebidos até a data de publicação destas demonstrações financeiras.

A Administração mantém procedimentos de cobrança e acredita que não incorrerá em perdas relevantes com contas a receber vencidas. Vide Nota 24.8 (i).

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas de clientes são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	(2.053)	(106)	(2.072)	(317)
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecida	(940)	(2.323)	(1.117)	(2.323)
Valores recuperados no exercício	2.294	376	2.294	568
Saldo final	<u>(699)</u>	<u>(2.053)</u>	<u>(895)</u>	<u>(2.072)</u>

A despesa com a constituição da provisão para perdas de crédito esperadas é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica "Outras receitas, líquidas".

Notas Explicativas

6 Títulos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Por venda de ativo fixo	9.981	16.276	10.401	18.770
Por venda de unidades industriais		2.052		2.052
Subarrendamentos e confissões de dívidas	4.936	3.413	4.936	3.531
Crédito com parceiros agrícolas		65		65
Outros créditos (i)	12.371	493	12.371	493
(-) Ajuste a valor presente	(175)	(470)	(175)	(513)
(-) Provisão para <i>impairment</i>	(8.410)	(9.639)	(8.432)	(9.672)
	18.703	12.190	19.101	14.726
Circulante	(5.677)	(8.611)	(6.075)	(11.147)
Não circulante	13.026	3.579	13.026	3.579

- (i) Refere-se substancialmente ao valor da indenização que foi registrada devido a ocorrência de sinistro causado pelo incêndio na unidade Beneficiadora de Algodão Terra Santa - Deciolândia (MT), o fogo teve início em uma fazenda vizinha, o qual acabou se alastrando, por conta dos fortes ventos, para o pátio de armazenagem de algodão em pluma. A ocorrência possui cobertura por apólice de seguro contra incêndio (Nota 32), que indenizará os prejuízos.

O *aging* dos títulos a receber é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
A vencer:				
Até 30 dias	210	474	210	479
De 31 a 90 dias	713	1.127	713	1.128
De 91 a 180 dias	1.186	3.094	1.186	5.288
Acima de 180 dias (i)	15.531	8.548	15.531	8.548
Vencidos:				
Até 30 dias		330		330
De 31 a 90 dias		95		96
De 91 a 180 dias (ii)	1.199	3.449	1.200	3.451
Acima de 180 dias (ii)	8.449	5.182	8.868	5.591
	27.288	22.299	27.708	24.911

- (i) Uma parcela substancial dos títulos a vencer acima de 180 refere-se à indenização registrada devido a ocorrência de sinistro na algodoeira Deciolândia. A Companhia espera receber o montante após conclusão do relatório de regulação acerca da cobertura securitária.
- (ii) A Companhia mantém provisões para os títulos vencidos no montante de R\$ 8.432 além do procedimento de cobrança ativo e acredita que não incorrerá em perdas adicionais.

Notas Explicativas

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas de títulos a receber são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	(9.639)	(6.285)	(9.672)	(6.366)
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecida	(1.975)	(4.709)	(1.975)	(4.739)
Valores recuperados no exercício	3.204	1.355	3.215	1.433
Saldo final	(8.410)	(9.639)	(8.432)	(9.672)

A despesa com a constituição da provisão para perdas de crédito esperadas é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica “Outras receitas, líquidas”.

7 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Produtos agrícolas				
Produtos agrícolas - custos de formação (i)	150.357	136.705	150.357	136.705
Produtos agrícolas - ajuste ao valor realizável líquido (ii)	125.727	56.224	125.727	56.224
Sementes, adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas	270.976	164.386	270.976	164.386
Embalagens, acondicionamento e peças de reposição	6.294	6.854	6.294	6.859
Gastos de manutenção nas entressafras	37.493	19.283	39.304	17.365
Outros estoques	18.844	11.136	18.848	11.151
(-) Provisão para <i>impairment</i> (iii)	(1.276)	(2.871)	(1.276)	(2.871)
	<u>608.415</u>	<u>391.717</u>	<u>610.230</u>	<u>389.819</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2020, 8.463 toneladas de produtos agrícolas, no montante aproximado de R\$ 64.000, estão cedidas em garantia a fornecedores de insumos agrícolas (em 31 de dezembro de 2019 – 36.133 toneladas, no montante aproximado de R\$ 158.000). O montante cedido em garantia inclui os saldos apresentados na rubrica de Ativos biológicos.
- (ii) Esses valores contemplam marcação ao valor justo dos produtos agrícolas enquanto valorizados como ativo biológico no montante de R\$ 155.428 (ganho) na controladora e consolidado (ganho de R\$64.014 em 31 de dezembro de 2019, na controladora e consolidado) e perdas de marcação ao valor realizável líquido enquanto valorizados como produto agrícola no montante de R\$ 29.701 na controladora e no consolidado (perdas de R\$ 7.790 em 31 de dezembro de 2019 na controladora e no consolidado).
- (iii) Refere-se, substancialmente a obsolescência de materiais no estoque que apresentam baixa expectativa de realização e/ou consumo.

Notas Explicativas

A movimentação da provisão para *impairment* é assim demonstrada:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial	(2.871)	(724)
Adições	(357)	(2.345)
Reversões	1.952	198
Saldo final	<u>(1.276)</u>	<u>(2.871)</u>

A despesa com a constituição das perdas estimadas com estoques é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica “Outras receitas, líquidas”.

8 Ativos biológicos

8.1 Movimentação - 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020

	Controladora e Consolidado					
	Algodão	Soja	Milho	Eucalipto	Outras culturas	Total
Saldo dos ativos biológicos em 1º de janeiro de 2020	860	205.281	579		6.853	213.573
Transferência imobilizado				1.704		1.704
Aumento decorrente de plantio e tratamentos culturais	307.520	257.992	61.021		13.105	639.638
Redução decorrente da colheita	(575.000)	(312.574)	(123.978)		(10.266)	(1.021.818)
Variação do valor justo	276.843	30.486	66.009	3.408		376.746
Saldo dos ativos biológicos em 31 de dezembro de 2020	<u>10.223</u>	<u>181.185</u>	<u>3.631</u>	<u>5.112</u>	<u>9.692</u>	<u>209.843</u>
Ativos biológicos avaliados a valor justo		80.321		5.112		85.433
Lavouras avaliadas ao custo de formação	<u>10.223</u>	<u>100.864</u>	<u>3.631</u>		<u>9.692</u>	<u>124.410</u>
Saldo dos ativos biológicos em 31 de dezembro de 2020	<u>10.223</u>	<u>181.185</u>	<u>3.631</u>	<u>5.112</u>	<u>9.692</u>	<u>209.843</u>

8.2 Movimentação - 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019

	Controladora e Consolidado					
	Algodão	Soja	Milho	Eucalipto	Outras culturas	Total
Saldo dos ativos biológicos em 1º de janeiro de 2019	13.653	211.292			307	225.252
Aumento decorrente de plantio e tratamentos culturais	244.022	243.101		54.516	24.840	566.479
Redução decorrente da colheita	(256.815)	(249.592)		(53.937)	(18.295)	(578.639)
Variação do valor justo		481				481
Saldo dos ativos biológicos em 31 de dezembro de 2019	<u>860</u>	<u>205.282</u>	<u>579</u>		<u>6.852</u>	<u>213.573</u>
Ativos biológicos avaliados a valor justo		205.282				205.282
Lavouras avaliadas ao custo de formação	<u>860</u>		<u>579</u>		<u>6.852</u>	<u>8.291</u>
Saldo dos ativos biológicos em 31 de dezembro de 2019	<u>860</u>	<u>205.282</u>	<u>579</u>		<u>6.852</u>	<u>213.573</u>

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia explora cerca de 83,7 mil hectares de terras cultiváveis (85,9 mil hectares em 31 de dezembro de 2019), entre terras próprias e de terceiros, localizadas no Estado de Mato Grosso e nelas são cultivadas culturas temporárias, com destaque para algodão, soja e milho.

Notas Explicativas

O valor justo dos ativos biológicos da Companhia representa o valor de rentabilidade futura estimada, de acordo com o nível III - Abordagem de Receita estabelecido pelo CPC 46 (IFRS 13) - Mensuração do Valor Justo, para esses ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas pela Administração da Companhia.

As terras próprias em que as lavouras estão plantadas são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

8.3 Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo

- (i) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em sacas de 60 kg para soja e milho e de 15 kg (uma arroba) para o algodão em caroço e (ii) do preço do mercado futuro de cada produto, quando disponível.
- (ii) O preço do algodão em caroço (produto agrícola da lavoura de algodão) é obtido por meio da decomposição do preço disponível para a pluma de algodão (*commodity*), menos os custos do beneficiamento (descaroçamento) e dos preços atribuíveis aos subprodutos (caroço e fibrilha). O preço do milho e soja são obtidos partindo das cotações disponíveis em mercados ativos, deduzindo os gastos necessários para venda.
- (iii) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cultura (tratos culturais) até a colheita, (ii) custos com a Colheita, Carregamento e Transporte (CCT) e, (iii) custo de capital, incluindo o aluguel das terras e de máquinas e equipamentos.
- (iv) Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina o valor justo dos ativos biológicos, que são registrados na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a rubrica "Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas" no resultado do exercício.
- (v) O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração na data das demonstrações financeiras e são revisados trimestralmente e, se necessário, ajustados.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os ativos biológicos algodão, milho e outras culturas mantidas pela Companhia estavam mensuradas ao custo de formação, pois não atingiram transformação biológica relevante, necessária para estimar a produtividade e conseqüentemente a mensuração ao valor justo.

As principais premissas que foram utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos em 31 de dezembro são como segue:

	Controladora e Consolidado		
	Soja		Eucalipto
	2020	2019	2020
Área total estimada de colheita (ha)	56.045	80.526	437
Área total em estagio de marcação (ha)	24.663	52.038	437
Produtividade prevista em sacas/m ³	57	63	265
Preço em U\$	25,73	16,79	7,51
Câmbio	5,20	4,03	5,20
Taxa de desconto (%)	6,00	10,97	6,00

Notas Explicativas

8.4 Análise de sensibilidade

A Administração considera que o resultado obtido com a mensuração do valor justo dos ativos biológicos é sensível à variação das premissas descritas acima, e que o resultado real pode vir a aumentar ou reduzir em caso de diferenças entre os valores estimados e aqueles realizados no momento da colheita desses ativos.

A Administração entende que as premissas mais sensíveis as mudanças são a produtividade, preço das *commodities* e a taxa de câmbio. Neste contexto, se as premissas, em conjunto, fossem 10% maiores ou 10% menores em 31 de dezembro de 2020, a rubrica “Ativo Biológico” e consequentemente a rubrica “Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas” seriam impactadas por R\$ 26.364 e (R\$ 23.216) respectivamente (R\$ 44.185 e (R\$ 39.756) em 31 de dezembro de 2019).

9 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
PIS	6.731	9.659	10.331	12.505
COFINS	31.466	48.768	51.088	76.048
IRRF	29.277	29.311	39.112	37.549
CSLL	9.915	9.913	10.143	10.141
ICMS	4.996	5.000	4.996	5.000
FUNRURAL (i)	23.212		23.212	
Outros tributos	1.518	1.514	4.174	4.113
(-) Provisão para impairment	(48.956)	(48.956)	(53.152)	(53.152)
	58.159	55.209	89.904	92.204
Circulante	(28.555)	(27.289)	(35.118)	(39.623)
Não circulante	29.604	27.920	54.786	52.581

- (i) Refere-se ao valor reconhecido de indébito do Funrural nas vendas com fim específico de exportação, o montante é composto de principal mais atualização SELIC totalizando R\$ 23.212, sendo R\$ 20.649 e R\$ 2.563 de principal e juros respectivamente, segregados entre curto e longo prazo (R\$ 12.184 curto prazo e R\$ 11.028 longo prazo). Adicionalmente foram avaliados os últimos cinco anos para reconhecimento do crédito. As realizações dos valores ocorrem por meio de: (i) compensação com débitos federais sejam tributários e/ou previdenciários, vencidos ou vincendos; ou (ii) ressarcimento em espécie.

A Companhia e a controlada TS Brasil S.A. possuem saldo de PIS e COFINS acumulado ao longo dos últimos exercícios proveniente, substancialmente, das saídas internas com benefício da suspensão e vendas destinadas ao mercado externo. As realizações dos créditos ocorrem de duas formas: (i) compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos; ou (ii) ressarcimento em espécie.

Notas Explicativas

9.1 Movimentação provisão para impairment

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	(48.956)	(54.769)	(53.152)	(59.914)
(-) Provisão para impairment		(4.285)		(4.307)
(+) Baixa de provisão para impairment		10.098		11.069
Saldo final	(48.956)	(48.956)	(53.152)	(53.152)

Pedidos de restituição

Em 2017, a Companhia e a controlada TS Brasil S.A. obtiveram medidas liminares favoráveis relativas aos pedidos de ressarcimento de créditos de PIS e COFINS no montante principal de R\$ 73.836. O pedido de ressarcimento solicita também a incidência da taxa Selic - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - a partir da data do protocolo dos referidos pedidos até a data do efetivo pagamento.

A Companhia e sua controlada TS Brasil S.A. apresentaram documentação suporte referente aos pedidos de ressarcimento e alguns destes se encontram em fase de revisão pelas autoridades fiscais. No final de 2017 e no primeiro trimestre de 2018, foram emitidos despachos decisórios parcialmente deferidos para monetização de R\$ 17.619, cuja previsão para recebimento ocorrerá após a concordância das autoridades fiscais para o afastamento da compensação de ofício com demais débitos tributários. Nesse sentido, em 14 de abril de 2020, foi depositado na conta corrente da empresa, ora TS Brasil S.A., o valor atualizado do montante deferido, com correção pela taxa SELIC – obtida via decisão judicial – de R\$ 3.983. Seguidamente, em 22 de julho de 2020, foi depositado na conta corrente da Companhia, leia-se Terra Santa Agro S.A, valor devidamente atualizado do montante deferido, inclusive com correção também pela taxa SELIC – conforme decisão judicial – de R\$ 13.086.

Adicionalmente, houve indeferimento de alguns pedidos de ressarcimento pelas autoridades fiscais no montante aproximado de R\$ 58.969. Foram protocoladas em 2018, manifestações de inconformidade no devido prazo legal e que cujo prazo estimado para julgamento é até 12 meses após o protocolo das manifestações de inconformidade pelas Delegacias de Julgamento (DRJ) da Receita Federal do Brasil (“RFB”). A Companhia entende que o direito postulado é plausível e, portanto, não constitui provisão para perdas. Todavia, tendo em vista a inobservância do prazo de 12 meses sem qualquer manifestação da RFB, a Companhia está avaliando as medidas cabíveis para agilizar a análise das manifestações de inconformidade por parte das autoridades fiscais. Contudo, antes mesmo de tomar tal atitude, inclusive com fulcro em acelerar análise dos pedidos, foram juntados documentos (notas fiscais e laudo técnico) em junho e setembro do corrente ano, corroborando com o requerimento.

10 Ativos não circulantes mantidos para venda

Em abril de 2020 a Companhia firmou contrato de locação do prédio corporativo de Nova Mutum – MT pelo período de 10 anos. Esse ativo estava mantido para venda até a data do aluguel, o qual foi considerado a melhor alternativa para a Companhia. Em junho de 2020 o valor de R\$ 10.170 foi reclassificado para rubrica “Propriedades para investimentos”, em 31 de dezembro de 2020, os valores estão mantidos como “Propriedades para investimentos”.

Notas Explicativas

11 Tributos diferidos

A Companhia e a controlada TS Brasil S.A. utilizam a sistemática do lucro real, as demais controladas, conforme apresentado na Nota 13.3, utilizam a sistemática do lucro presumido, calculando e registrando seus tributos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras.

11.1 Natureza e expectativa de realização dos tributos diferidos

Natureza por entidade legal	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Créditos tributários sobre:				
Prejuízos fiscais acumulados	249.235	235.165	270.570	270.570
Contribuição social sobre base negativa acumulada	89.723	84.659	97.404	97.404
Diferenças temporárias:				
Provisão para impairment	8.519	10.306	9.167	10.898
Provisão para contingências/tributos com exigibilidade suspensa	14.252	7.554	14.353	7.651
Ajuste a valor presente	6.741	5.520	6.741	5.535
Instrumentos financeiros derivativos	17.600	4.653	17.600	4.653
Provisão para perdas com tributos	1.698	1.698	1.698	1.698
Outras provisões temporárias	9.248	3.706	9.390	4.222
	<u>397.016</u>	<u>353.261</u>	<u>426.923</u>	<u>402.631</u>
Débitos tributários sobre:				
Valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	44.263	30.675	44.263	30.675
Custo atribuído	6.710	7.846	127.912	129.431
Ajuste a valor presente	4.359	3.056	4.359	3.056
Arrendamentos	1.794	2.533	1.794	2.533
Amortização de ágio	93.665	93.665	93.665	93.665
Outras provisões temporárias	4.700		4.700	
	<u>155.491</u>	<u>137.775</u>	<u>276.693</u>	<u>259.360</u>
Créditos tributários, líquidos	241.525	215.486	241.525	215.486
Débitos tributários, líquidos			(91.295)	(72.215)
Total líquido	<u>241.525</u>	<u>215.486</u>	<u>150.230</u>	<u>143.271</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo desses tributos e os valores das demonstrações financeiras, apenas quando for provável que a Companhia e a controlada TS Brasil S.A. apresentarão lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Em 2020, a Administração identificou erros nas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social de anos anteriores e, recalculou o montante dos créditos tributários diferidos não registrados. Esses ajustes não provocaram qualquer impacto nos tributos diferidos reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras de 2019, uma vez que o montante dos ajustes efetuados nas bases fiscais foi inferior aos créditos tributários não reconhecidos contabilmente.

Em 31 de dezembro de 2020, os créditos tributários diferidos sobre o saldo de prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social não registrados contabilmente, são de R\$ 98.417 (2019 - R\$ 56.904 - reapresentado), na controladora e no consolidado, em função de não atenderem aos requerimentos da norma contábil para seu reconhecimento.

As despesas de variação cambial vinculadas às operações de hedge accounting (Nota 24.9), que estão registradas na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, estão contidas na base de apuração dos créditos

Notas Explicativas

tributários diferidos não registrados contabilmente, conforme entendimentos dos assessores tributários da Administração e, portanto, não serão dedutíveis quando transitarem pelo resultado do exercício. A Administração decidiu pela não constituição dos tributos diferidos passivos sobre essa exclusão fiscal por entender que esses tributos devem transitar pelo resultado do exercício no mesmo momento do registro contábil do crédito tributário correspondente.

Adicionalmente, em 2021, a Administração, também em conjunto com seus assessores tributários, está revisando suas obrigações acessórias e espera apurar montante adicional de crédito tributário, em conformidade com a legislação tributária.

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a Administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada, não haverá constituição de tributos diferidos ativos e expectativa para utilização dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas. Para as projeções do lucro tributável futuro foram utilizadas as mesmas premissas para a avaliação do teste de ágio, conforme divulgado na Nota 17.4.

A expectativa de realização dos créditos relativos ao prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social ocorrerá de acordo com o cronograma a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Montante	Percentual	Montante	Percentual
Em 2021	24.609	7%	53.125	14%
Em 2022	27.274	8%	27.774	8%
Em 2023	18.775	6%	18.775	5%
Em 2024	19.663	6%	19.663	5%
Em 2025	24.991	7%	24.991	7%
Entre 2026 a 2028	223.646	66%	223.646	61%
	<u>338.958</u>	<u>100%</u>	<u>367.974</u>	<u>100%</u>

11.2 Conciliação do crédito (despesa) efetivo de imposto de renda e contribuição social

Os valores do imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(82.887)	(162.764)	(63.807)	(151.907)
Taxa nominal	34%	34%	34%	34%
	28.182	55.340	21.694	51.648
Tributos sobre exclusões (adições) permanentes:				
De equivalência patrimonial	12.481	5.818		
Despesas não dedutíveis	(12.078)	(9.844)	(12.189)	(9.891)
Tributos diferidos temporários:				
Crédito tributário não constituído sobre prejuízos fiscais	(6.383)	(23.578)	(6.383)	(50.483)
Outros	3.837	309	3.837	(991)
No resultado do exercício	<u>26.039</u>	<u>28.045</u>	<u>6.959</u>	<u>17.188</u>

Notas Explicativas

12 Partes relacionadas

12.1 Saldos

	Controladora	
	2020	2019
Ativo não circulante		
Adiantamentos para futuro aumento de capital		
Buriti Agrícola Ltda.	422	381
Crateús Algodoeira S.A.	2	2
Ecotrans Transporte Ltda.	16	15
Mocuri Agrícola Ltda.	2	2
	<u>442</u>	<u>400</u>
Passivo circulante		
Contratos de mútuos (i)		
TS Brasil S.A.	55.237	171.961
	<u>55.237</u>	<u>171.961</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2020, os mútuos foram atualizados com base em 100% do CDI. O contrato entre as partes tem o vencimento para janeiro de 2022. Conforme mencionado na Nota 13.2, em junho de 2020 foi formalizada a redução de capital social na investida TS Brasil S.A.

12.2 Transações

As transações com partes relacionadas realizadas no exercício são como segue:

Operações	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Compras de mercadorias e produtos				
TS Brasil S.A. (i)	(49.585)	(36.055)		
Resultado com aluguéis e arrendamentos				
Bonsucex Holding S.A. (ii)	(100)	(112)	(100)	(112)
Maria Zilda Oliveira de Araújo (iii)	(400)	(355)	(400)	(355)
Resultado financeiro sobre saldos de mútuo				
TS Brasil S.A.	(7.021)	(13.461)		
Resultado com plano de incentivo				
Admsitradores (iv)	(994)		(994)	

- (i) Refere-se a aquisição de produtos agrícolas (soja e milho).
- (ii) Refere-se ao condomínio de sala comercial para abrigar as instalações da matriz da Companhia.
- (iii) Contrato de locação de sala comercial para abrigar as instalações da matriz da Companhia, com vencimento em abril de 2021.
- (iv) Plano de incentivo de adesão voluntária destinado a diretoria estatutária.

Notas Explicativas

13 Investimentos (Controladora)

13.1 Composição dos investimentos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Investimento	656.624	765.376
Mais-valia das terras	192.490	192.490
Ágio	<u>275.484</u>	<u>275.484</u>
	<u>1.124.598</u>	<u>1.233.350</u>

13.2 Movimentação dos investimentos

1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020

	<u>TS Brasil S.A.</u>
Movimentação dos investimentos:	
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	1.233.350
Redução de capital social (i)	(145.465)
Resultado de equivalência patrimonial	<u>36.713</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	<u>1.124.598</u>

- (i) Através da AGE realizada em 30 de agosto de 2019 foi aprovada a redução do capital julgado excessivo, no montante de R\$ 145.465, sem o cancelamento de ações da subsidiária TS Brasil S.A. Uma vez efetivada a redução do capital social a Companhia tornou-se credora da subsidiária e firmou instrumento particular de cessão de crédito concordando em receber e adquirir, da TSBrasil, a título de adimplemento da dívida de redução de capital, o crédito de mútuo.

1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019.

	<u>TS Brasil S.A.</u>
Movimentação dos investimentos:	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.221.246
Efeito reflexo sobre ajustes de avaliação patrimonial	(237)
Resultado de equivalência patrimonial	17.147
Amortização de intangíveis relacionados a contratos	<u>(4.806)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>1.233.350</u>

Notas Explicativas

13.3 Informações sobre as investidas

31 de dezembro de 2020

	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido / (passivo a descoberto)	Receita líquida	Resultado do exercício	Efeito no resultado da controladora
TS Brasil S.A.	100,00%	752.550	95.926	656.624	52.070	36.713	36.713
Ecotrans Transporte Ltda.	99,99%		1.490	(1.490)			
Buriti Agrícola Ltda.	100,00%		531	(531)		(3)	(3)
Crateús Algodoeira S.A.	99,48%		2	(2)			
Mocuri Agrícola Ltda.	99,99%		2	(2)			
							<u>36.710</u>
							Resultado de equivalência patrimonial 36.713
							Provisão para perdas em investimentos <u>(3)</u>

31 de dezembro de 2019

	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido / (passivo a descoberto)	Receita líquida	Resultado do exercício	Efeito no resultado da controladora
TS Brasil S.A.	100,00%	843.596	78.220	765.376	35.923	17.147	17.147
Ecotrans Transporte Ltda.	99,99%		1.490	(1.490)		(27)	(27)
Buriti Agrícola Ltda.	100,00%		527	(527)		(9)	(9)
Crateús Algodoeira S.A.	99,48%		2	(2)			
Mocuri Agrícola Ltda.	99,99%		2	(2)			
							<u>17.111</u>
							Resultado de equivalência patrimonial 17.147
							Provisão para perdas em investimentos <u>(36)</u>

Os fluxos de caixa das controladas impactam as demonstrações financeiras consolidadas, substancialmente, pelo resultado do seu fluxo de caixa operacional, haja vista que as atividades de financiamento e investimento são representadas, em sua maioria, por repasses de recursos entre as partes.

Os saldos referentes a provisão para perdas em investimentos na Controladora estão assim demonstrados:

	Controladora	
	2020	2019
Buriti Agrícola Ltda.	530	527
Mocuri Agrícola Ltda.	2	2
Crateús Algodoeira S.A.	2	2
Ecotrans Transporte Ltda.	<u>1.490</u>	<u>1.490</u>
	<u>2.024</u>	<u>2.021</u>

13.4 Ágio e mais valia sobre investimentos

	Vida útil	2020	2019
Mais-valia das terras (i)	Indefinida	192.490	192.490
Ágio (ii)	Indefinida	<u>275.484</u>	<u>275.484</u>
		<u>467.974</u>	<u>467.974</u>

Notas Explicativas

- (i) A mais valia de terras é originária da aquisição da Maeda, em 23 de dezembro de 2010 (posteriormente incorporada na controlada TS Brasil S.A), e da Vanguarda Participações S.A. em 06 de setembro de 2011 (posteriormente incorporada pela Companhia em 23 de dezembro de 2013).
- (ii) O ágio sobre investimentos é originário da aquisição da Maeda, em 23 de dezembro de 2010 (posteriormente incorporada na controlada TS Brasil S.A), e da Vanguarda Participações S.A., em 06 de setembro de 2011 (posteriormente incorporada pela Companhia em 23 de dezembro de 2013). Esses valores foram alocados com base em laudos de alocação de preço pago (“PPA”), emitidos por avaliadores independentes em 28 de março de 2011 e 03 de outubro de 2012, respectivamente. Adicionalmente, vide divulgação de ativo intangível na Nota 17.

14 Propriedade para investimento

As propriedades são compostas por armazéns de grãos localizados na cidade de Rosário do Sul – RS e, a partir de junho de 2020, também pelo prédio corporativo localizado na cidade de Nova Mutum – MT, os quais não são utilizados pela Companhia e são mensuradas ao custo, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de propriedade para investimento, na controladora e consolidado está no montante de R\$ 13.498 (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 4.190).

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia obteve receitas de aluguéis dos imóveis supracitados no montante de R\$ 125 (não obteve receitas em 2019) e incorreu em despesas de depreciação no montante de R\$ 862. (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 527).

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Saldo inicial	4.190	4.717
Adição	10.170	
(-) Depreciação	(862)	(527)
Saldo final	<u>13.498</u>	<u>4.190</u>

15 Direito de uso dos ativos e passivos de arrendamento (Controladora e consolidado)

Os contratos de arrendamento e parcerias agrícolas firmados pela Companhia (terras agriculturáveis) junto a terceiros, preveem, em sua maioria, o pagamento de um valor, em uma determinada data, indexados em uma quantidade fixa de soja em grãos. As oscilações dos preços dessa *commodity* são reconhecidas mensalmente nas rubricas de Direito de uso dos ativos e Passivos de arrendamento. Os contratos de arrendamentos com terceiros da Companhia são indexados pela cotação da saca de soja. Assim, os pagamentos futuros mínimos são estimados em quantidade de sacas de soja, convertidos para a moeda nacional, utilizando-se a cotação da soja de fechamento, na data-base do balanço patrimonial. Consequentemente, os valores dos pagamentos mínimos acima demonstrados poderão sofrer significativa variação até o momento do pagamento, em função da alteração do valor do mercado da *commodity*.

Notas Explicativas

Em relação aos contratos de arrendamentos com terceiros ressalta-se que:

- não há cláusulas de pagamentos contingentes;
- não há termos de renovação ou de opções de compra, salvo os termos dispostos na Lei 4.504/64 art. 92, § 3º e 95, IV, que tratam dos direitos dos arrendatários nos termos citados anteriormente;
- os contratos firmados são indexados à variação do preço da saca de soja e não há outras cláusulas de reajustamento; e
- não há restrições impostas, tais como as relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio, dívida adicional, ou qualquer outra que requeira divulgação adicional.

15.1 Movimentação dos arrendamentos

As informações sobre os ativos de direito de uso e dos passivos de arrendamentos da Companhia estão representadas da seguinte forma:

Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020

Direito de uso	Saldo inicial	Adições	Remensuração	Depreciação	Saldo final
Terras para exploração	190.999	4.339	145.003	(51.342)	288.999
Imóveis	1.023	1.569	371	(605)	2.358
Veículos	1.112			(1.112)	
Total	193.134	5.908	145.374	(53.059)	291.357

Passivo de arrendameto	Saldo inicial	Adições	Remensuração	Juros apropriados	Pagamentos	Saldo final
Terras para exploração	199.899	4.339	145.003	22.551	(48.535)	323.257
Imóveis	1.021	1.569	371	153	(659)	2.455
Veículos	1.227			261	(1.488)	
Total	202.147	5.908	145.374	22.965	(50.682)	325.712
Circulante						(52.389)
Não Circulante						273.323

Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019

Direito de uso	Saldo inicial	Adoção inicial	Adição novos contratos	Remensuração dos contratos	Depreciação	Saldo final
Terras para exploração		183.750	19.406	26.807	(38.972)	190.991
Imóveis		434	957	14	(382)	1.023
Veículos		2.323		8	(1.211)	1.120
Total		186.507	20.363	26.829	(40.565)	193.134

Passivo de arrendameto	Saldo inicial	Adoção inicial	Adição novos contratos	Remensuração dos contratos	Juros apropriados	Pagamentos	Saldo final
Terras para exploração		183.750	19.406	26.807	15.029	(45.093)	199.899
Imóveis		434	957	14	43	(427)	1.021
Veículos		2.323		8	74	(1.178)	1.227
Total		186.507	20.363	26.829	15.146	(46.698)	202.147
Circulante							(30.354)
Não Circulante							171.793

Notas Explicativas

15.2 Contratos vigentes, prazo e taxa de desconto

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía contratados 42.993 hectares (em 31 de dezembro de 2019 – 45.631 hectares) de arrendamentos operacionais e parcerias agrícolas mantidos com terceiros, com vencimentos até 2035 conforme abaixo discriminado:

					Consolidado	
Unidade	Localização	Estado	Área arrendada (em ha)	Vencimento dos contratos	Valores ponderados (em sacas de soja/ha/ano)	
São José	Campo Novo do Parecis	Mato Grosso	14.965	2035	16,40	
Ribeiro do Céu	Nova Mutum	Mato Grosso	2.427	2022	15,45	
Guapirama	Diamantino	Mato Grosso	14.693	2023	13,12	
Mãe Margarida	Sta. Rita do Trivelato	Mato Grosso	7.570	2024	12,14	
Sete Placas	Diamantino	Mato Grosso	620	2025	16,00	
Terra Santa	Tabaporã	Mato Grosso	2.718	2026	9,84	
			<u>42.993</u>			

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, considerando as particularidades de seu segmento e riscos de suas atividades para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia (“spread” de crédito).

A tabela abaixo evidencia os prazos dos contratos, bem como as respectivas taxas praticadas pela Companhia:

Contratos por prazo e taxa de desconto	
Prazos contratos	Taxa média % a.a.
1	8,66%
2	8,68%
3	8,64%
4	8,65%
5	8,65%
7	8,74%
8	8,90%
10	8,94%
15	9,04%

Notas Explicativas

15.3 Cronograma de amortização

Os vencimentos das parcelas registradas no passivo estão demonstrados como segue:

Cronograma de amortização	
	Total
2021	52.389
2022	53.453
2023	30.438
2024	19.093
2025	12.910
2026	12.784
2027 a 2030	66.427
2031 a 2035	78.218
	325.712

A Companhia tem expectativa de recuperação de PIS e COFINS advindos dos pagamentos das contraprestações de arrendamento conforme cronograma de amortização:

Cronograma de amortização		
Fluxo de Caixa	Nominal	Ajustado a Valor Presente
Contraprestação do arrendamento (i)	74.410	64.767
PIS e COFINS	6.883	5.991

- (i) A expectativa de recuperação de PIS e COFINS pela Companhia tem como premissa os pagamentos de contraprestações de arrendamento destinados a pessoa jurídica.

15.4 Renovações de contratos de arrendamentos

A Companhia possui contrato de parceria agrícola firmado junto a Fazenda São Benedito, de forma contínua e reiterada, desde 2007, o qual foi renovado pelo período de 15 (quinze) anos, mediante Termo de Intenção firmado em abril de 2018 e ratificado através de Contrato de Parceria firmado em 2020, com término em 2035. A despeito do Termo de Intenção e Contratos firmados, há pendência de definição em litígio judicial envolvendo o antigo proprietário do imóvel e um terceiro credor, o que tem a potencialidade de impactar a manutenção da posse pela Companhia sobre a área objeto de parceria agrícola. Independentemente deste cenário fático-jurídico, a Companhia, respaldada por seus assessores legais, tem convicção na manutenção da posse da referida área pelo período contratual (15 anos) e envidará todos os esforços e medidas legais cabíveis e permitidas para ter seu direito preservado e assegurado.

15.5 Divulgações complementares

A Companhia apresenta a seguir os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento descontados pela taxa nominal:

Notas Explicativas**Controladora e consolidado**

Fluxo dos contratos de arrendamentos	2021	2022	2023	2024	2025
Passivo de arrendamento					
Contábil - IFRS16 16/CPC 06(R2)	410.034	336.689	289.499	255.471	229.423
Fluxo com projeção da inflação	423.056	302.868	259.787	236.526	219.178
Variação	3,18%	-10,05%	-10,26%	-7,42%	-4,47%
Direito de uso					
Contábil - IFRS16 16/CPC 06(R2)	233.214	186.356	152.629	133.469	118.645
Fluxo com projeção da inflação	241.014	164.323	134.249	121.995	112.801
Variação	3,34%	-11,82%	-12,04%	-8,60%	-4,93%
Despesas financeira					
Contábil - IFRS16 16/CPC 06(R2)	(24.139)	(43.888)	(60.522)	(75.406)	(89.014)
Fluxo com projeção da inflação	(24.547)	(42.054)	(56.791)	(70.398)	(83.206)
Variação	1,69%	-4,18%	-6,16%	-6,64%	-6,52%
Despesa com depreciação					
Contábil - IFRS16 16/CPC 06(R2)	(58.143)	(105.001)	(138.728)	(157.888)	(172.712)
Fluxo com projeção da inflação	(59.078)	(98.398)	(127.268)	(144.506)	(158.410)
Variação	1,61%	-6,29%	-8,26%	-8,48%	-8,28%

Para projeção de inflação futura a Companhia utilizou o preço da soja disponível no mercado futuro até a data disponível, inflacionado pelo IPCA - FGV acumulado.

16 Imobilizado**16.1 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020 (Controladora)**

Custo	Saldo				Saldo final
	inicial	Adições	Baixas	Transferências (i)	
Terras para exploração	1.129				1.129
Edificações e instalações	29.975	180	(17)	1.277	31.415
Máquinas e equipamentos	248.381	2.069	(17.622)	6.278	239.106
Veículos	21.193	183	(6.142)	67	15.301
Aeronaves	14.175				14.175
Móveis e utensílios	10.535	178	(801)	547	10.459
Imobilizações em curso	4.076	28.006	(132)	(26.053)	5.897
Adiantamento para aquisição de imobilizado	10	56	(56)		10
Correção de solo	91.513			17.023	108.536
Outros imobilizados	3.655	8	(6)	109	3.766
Total	424.642	30.680	(24.776)	(752)	429.794

Notas Explicativas

Depreciação (ii)	Taxa média ponderada anual de depreciação	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Edificações e instalações	5%	(8.623)	(1.485)	5		(10.103)
Máquinas e equipamentos	6%	(149.652)	(15.082)	14.257		(150.477)
Veículos	5%	(14.207)	(895)	3.964		(11.138)
Aeronaves	5%	(8.496)	(169)	3.569		(5.096)
Móveis e utensílios	4%	(8.143)	(425)	717		(7.851)
Correção de solo	12%	(64.922)	(12.434)			(77.356)
Outros imobilizados	7%	(2.655)	(265)			(2.920)
Total		<u>(256.698)</u>	<u>(30.755)</u>	<u>22.512</u>		<u>(264.941)</u>

Saldo líquidos	2020	2019
Terras para exploração	1.129	1.129
Edificações e instalações	21.312	21.352
Máquinas e equipamentos	88.629	98.729
Veículos	4.163	6.986
Aeronaves	9.079	5.679
Móveis e utensílios	2.608	2.392
Imobilizações em curso	5.897	4.076
Adiantamento para aquisição de imobilizado	10	10
Correção de solo	31.180	26.591
Outros imobilizados	846	1.000
Total	<u>164.853</u>	<u>167.944</u>

16.2 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020 (Consolidado)

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (i)	Saldo final
Terras para exploração	762.413		(1)		762.412
Edificações e instalações	96.680	180	(17)	1.277	98.120
Máquinas e equipamentos	264.443	2.075	(17.623)	6.278	255.173
Veículos	21.205	184	(6.145)	68	15.312
Aeronaves	14.175				14.175
Móveis e utensílios	10.571	178	(806)	547	10.490
Imobilizações em curso	4.076	28.006	(132)	(26.053)	5.897
Adiantamento para aquisição de imobilizado	10	56	(56)		10
Correção de solo	136.016			17.023	153.039
Outros imobilizados	4.613	6	(8)	(844)	3.767
Total	<u>1.314.202</u>	<u>30.685</u>	<u>(24.788)</u>	<u>(1.704)</u>	<u>1.318.395</u>

Depreciação (ii)	Taxa média ponderada anual de depreciação	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Edificações e instalações	3%	(24.814)	(3.373)	5		(28.182)
Máquinas e equipamentos	6%	(152.977)	(16.156)	14.257		(154.876)
Veículos	5%	(14.215)	(896)	3.964		(11.147)
Aeronaves	5%	(8.496)	(170)	3.569		(5.097)
Móveis e utensílios	4%	(8.166)	(427)	719		(7.874)
Correção de solo	8%	(109.425)	(12.434)			(121.859)
Outros imobilizados	5%	(2.658)	(262)			(2.920)
Total		<u>(320.751)</u>	<u>(33.718)</u>	<u>22.514</u>		<u>(331.955)</u>

Notas Explicativas

Saldo líquidos	2020	2019
Terras para exploração	762.412	762.413
Edificações e instalações	69.938	71.866
Máquinas e equipamentos	100.297	111.466
Veículos	4.165	6.990
Aeronaves	9.078	5.679
Móveis e utensílios	2.616	2.405
Imobilizações em curso	5.897	4.076
Adiantamento para aquisição de imobilizado	10	10
Correção de solo	31.180	26.591
Outros imobilizados	847	1.955
Total	986.440	993.451

- (i) Uma parcela do ativo imobilizado foi transferida para a rubrica de Ativos biológicos, o valor corresponde ao custo de formação do Eucalipto, em 31 de dezembro de 2020 o Eucalipto foi mensurado em sua totalidade ao valor justo, conforme demonstrado na Nota 8 – Ativos biológicos.
- (ii) Parcela da depreciação reconhecida no exercício está alocada nas rubricas de Ativos biológicos e Estoques e serão realizadas mediante vendas no próximo exercício. A depreciação incluída nas demonstrações de fluxo de caixa e valor adicionado considera os valores incorridos no resultado do exercício, conforme demonstrado na Nota 27 – Despesas por natureza.

16.3 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019 (Controladora)

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Transferência para ativos mantidos p/venda	Saldo final
Terras para exploração	2.086		(63)		(894)	1.129
Edificações e instalações	53.796	331	(11.709)	2.177	(14.620)	29.975
Máquinas e equipamentos	296.927	2.005	(52.575)	2.024		248.381
Veículos	27.887	462	(7.156)			21.193
Aeronaves	14.175					14.175
Móveis e utensílios	9.971	359	(136)	341		10.535
Imobilizações em curso	513	25.175	(82)	(21.530)		4.076
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	181	762	(709)	(224)		10
Correção de solo	75.826		(1.525)	17.212		91.513
Outros imobilizados	3.921		(266)			3.655
Total	485.283	29.094	(74.221)	-	(15.514)	424.642

Depreciação acumulada	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Transferência para ativos mantidos p/venda	Saldo final
Edificações e instalações	(12.139)	(1.883)	55		5.344	(8.623)
Máquinas e equipamentos	(173.256)	(18.405)	42.009			(149.652)
Veículos	(16.453)	(1.139)	3.385			(14.207)
Aeronaves	(8.496)					(8.496)
Móveis e utensílios	(7.689)	(556)	102			(8.143)
Correção de solo	(55.702)	(10.741)	1.521			(64.922)
Outros imobilizados	(2.611)	(254)	210			(2.655)
Total	(276.346)	(32.978)	47.282	-	5.344	(256.698)

Notas Explicativas

Saldo líquidos	2019	2018
Terras para exploração	1.129	2.086
Edificações e instalações	21.352	41.657
Máquinas e equipamentos	98.729	123.671
Veículos	6.986	11.434
Aeronaves	5.679	5.679
Móveis e utensílios	2.392	2.282
Imobilizações em curso	4.076	513
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	10	181
Correção de solo	26.591	20.124
Outros imobilizados	1.000	1.310
Total	167.944	208.937

16.4 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019 (Consolidado)

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Transferência para ativos mantidos p/venda	Saldo final
Terras para exploração	786.765		(23.458)		(894)	762.413
Edificações e instalações	120.560	331	(11.768)	2.177	(14.620)	96.680
Máquinas e equipamentos	312.989	2.005	(52.575)	2.024		264.443
Veículos	27.899	462	(7.156)			21.205
Aeronaves	14.175					14.175
Móveis e utensílios	10.008	361	(139)	341		10.571
Imobilizações em curso	513	25.175	(82)	(21.530)		4.076
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	181	762	(709)	(224)		10
Correção de solo	120.334		(1.530)	17.212		136.016
Outros imobilizados	4.873		(260)			4.613
Total	1.398.297	29.096	(97.677)	-	(15.514)	1.314.202

Depreciação acumulada	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Transferência para ativos mantidos p/venda	Saldo final
Edificações e instalações	(26.460)	(3.773)	75		5.344	(24.814)
Máquinas e equipamentos	(175.508)	(19.478)	42.009			(152.977)
Veículos	(16.458)	(1.142)	3.385			(14.215)
Aeronaves	(8.496)					(8.496)
Móveis e utensílios	(7.708)	(562)	104			(8.166)
Correção de solo	(100.211)	(10.741)	1.527			(109.425)
Outros imobilizados	(2.614)	(254)	210			(2.658)
Total	(337.455)	(35.950)	47.310	-	5.344	(320.751)

Saldo líquidos	2019	2018
Terras para exploração	762.413	786.765
Edificações e instalações	71.866	94.100
Máquinas e equipamentos	111.466	137.481
Veículos	6.990	11.441
Aeronaves	5.679	5.679
Móveis e utensílios	2.405	2.300
Imobilizações em curso	4.076	513
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	10	181
Correção de solo	26.591	20.123
Outros imobilizados	1.955	2.259
Total	993.451	1.060.842

Notas Explicativas

16.5 Imobilizado dado em garantia

Em 31 de dezembro de 2020, os empréstimos e financiamentos estão garantidos por ativos imobilizados nos montantes totais de R\$ 524.747 (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 580.118).

Adicionalmente, em garantia de execução provisória trabalhista, foram oferecidos bens imóveis da Companhia em penhora, cujo valor da averbação é de R\$ 16.375 (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 13.992), referente ao processo trabalhista divulgado na Nota 22.4 e a processo tributário.

17 Intangível

17.1 Controladora

	2020		2019	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de uso de <i>softwares</i>	6.439	(5.184)	1.255	788
Outros intangíveis	174		174	172
	<u>6.613</u>	<u>(5.184)</u>	<u>1.429</u>	<u>960</u>

17.2 Consolidado

	2020		2019	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Contratos de arrendamento de terras	50.137	(50.137)		
Direitos de uso de <i>softwares</i>	6.443	(5.188)	1.255	787
Outros intangíveis	174		174	174
Ágio - Consolidado (<i>goodwill</i>)	275.484		275.484	275.484
	<u>332.238</u>	<u>(55.325)</u>	<u>276.913</u>	<u>276.445</u>

17.3 Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Saldo inicial	960	998	276.445	276.483
Adições	629	195	628	197
(-) Amortização	(160)	(233)	(160)	(235)
(=) Saldo final	<u>1.429</u>	<u>960</u>	<u>276.913</u>	<u>276.445</u>

17.4 Teste dos ágios para verificação de *impairment*

O ágio é alocado ao segmento agrícola, que é considerado pela Administração da Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). O valor recuperável dessa UGC é determinado com base no valor em uso dos ativos.

Notas Explicativas

O valor em uso é determinado por modelos de fluxos de caixa descontados a valor presente, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseados em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de dez anos, considerando as informações disponíveis no momento do cálculo. As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro 2019 foram estimadas pela Administração, com base em informações de mercado e de fontes internas, para refletir as condições econômicas atuais, e consideram:

- **Volumes de vendas** - a melhor estimativa da Administração, com base no desempenho passado, nas expectativas para o desenvolvimento do mercado, nas atuais tendências do setor, e as previsões de inflação para o longo prazo;
- **Preços de venda** - determinado com base na projeção dos preços das *commodities* de acordo com o plano de negócios da Companhia para o ano de 2020, aprovado pelo Conselho de Administração, atualizado de acordo com os contratos de vendas firmados e com os valores de mercado atuais. Nos anos seguintes, a atualização dos preços ocorreu de acordo com a projeção de mercado (CBOT e NYSE) e preço inflacionado pela expectativa de inflação americana (CPI);
- **Taxas de crescimento** - metas de inflação para o mercado nacional e norte-americano, estimada em aproximadamente, 3% (3% em 31 de dezembro de 2019);
- **Taxa de câmbio** - curva de dólar norte-americano divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- **Margem bruta** - a margem média atual aplicada sobre a receita estimada, considerando o *mix* de vendas e a expectativa de aumento de custos futuros das lavouras;
- **Outros custos operacionais** - representados pelos custos fixos, estimados com base na estrutura atual dos negócios, ajustados pelos aumentos inflacionários, sem considerar reestruturações futuras ou medidas de economias de custo; e

Taxa de desconto - estimada em 9,43 % ao ano (10,97% ao ano em 31 de dezembro de 2019), depois dos impostos, que considera, entre outras variáveis, a estrutura de capital da Companhia e o custo de capital próprio e de terceiros. A taxa antes dos impostos é de 13,43% (15,62% ao ano em 31 de dezembro de 2019).

Como resultado dos testes efetuados, a Administração avaliou não ser necessário constituir provisão para *impairment* do ágio.

17.5 Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2020, o valor recuperável estimado foi superior ao seu valor contábil em aproximadamente R\$ 460.000. A Administração identificou que a principal premissa para a qual alterações razoavelmente possíveis poderiam resultar em valor recuperável igual ao valor contábil seria na variação da taxa de desconto (WACC). Neste contexto, se essa premissa fosse 10% maior o valor recuperável estimado seria superior em aproximadamente R\$ 242.000 e se fosse 10% menor o valor recuperável estimado superaria o valor contábil em R\$ 735.000, ou seja, ainda em cenários alternativos não ser necessário constituir provisão para *impairment* do ágio.

Notas Explicativas**18 Fornecedores**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
De insumos agrícolas				
Em moeda estrangeira	249.371	136.143	249.371	136.143
(-) Ajuste a valor presente	(11.708)	(8.153)	(11.708)	(8.153)
Em moeda nacional	37.813	17.864	37.813	17.864
(-) Ajuste a valor presente	(1.111)	(836)	(1.111)	(836)
Diversos - em moeda nacional	16.071	14.288	16.087	14.319
	<u>290.436</u>	<u>159.306</u>	<u>290.452</u>	<u>159.337</u>

A Companhia efetua o cálculo do Ajuste a Valor Presente (AVP) sobre a compra dos insumos com prazo de pagamento superior a 90 dias, utilizando a taxa média de 7,17% a.a. (2019 – 8,83% a.a.) para os fornecedores de insumos agrícolas, que a Administração entende ser o custo financeiro médio das suas operações com fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2020 os saldos em moeda estrangeira, Controladora e Consolidado, totalizam US\$ 47.989 mil (em 31 de dezembro de 2019 - US\$ 33.777 mil, Controladora e Consolidado).

19 Empréstimos e financiamentos (Controladora e Consolidado)

<u>Modalidade</u>	<u>Indexador</u>	<u>Custo médio ponderado</u>		<u>2020</u>	<u>2019</u>
		<u>2020</u>	<u>2019</u>		
Moeda Nacional					
Aquisição de Imobilizado	R\$	8,06% a.a.	3,80% a.a.	14.247	5.326
Crédito à Exportação	R\$	10,39% a.a.	10,52% a.a.	49.405	45.561
Crédito Rural, Custeio e Projeto	R\$	9,30% a.a.	10,02% a.a.	83.344	34.977
		<u>9,55% a.a.</u>	<u>9,90% a.a.</u>	<u>146.996</u>	<u>85.864</u>
Moeda Estrangeira					
Crédito à Exportação	US\$ + Libor 6	5,78% a.a.	6,83% a.a.	950.939	739.249
Crédito Rural, Custeio e Projeto	US\$		10,70% a.a.		4.625
		<u>5,78% a.a.</u>	<u>6,85% a.a.</u>	<u>950.939</u>	<u>743.874</u>
Total		<u>6,29% a.a.</u>	<u>7,17% a.a.</u>	<u>1.097.935</u>	<u>829.738</u>
Circulante				<u>(482.035)</u>	<u>(355.347)</u>
Não Circulante				<u>615.900</u>	<u>474.391</u>

O valor justo dos empréstimos e financiamentos se aproxima, substancialmente, dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante no consolidado estão demonstrados como segue:

Modalidade	Saldo contábil	2022	2023	2024 a 2025
Moeda Nacional				
Aquisição de Imobilizado	2.130	1.065	1.065	
Crédito à Exportação	43.167	33.167	10.000	
Crédito Rural, Custeio e Projeto	17.630	15.963	1.667	
	<u>62.927</u>	<u>50.195</u>	<u>12.732</u>	
Moeda Estrangeira				
Crédito à Exportação	<u>552.973</u>	<u>116.918</u>	<u>91.927</u>	<u>344.128</u>
	<u>552.973</u>	<u>116.918</u>	<u>91.927</u>	<u>344.128</u>
Total	<u>615.900</u>	<u>167.113</u>	<u>104.659</u>	<u>344.128</u>
Não Circulante	<u>615.900</u>			

Em 31 de dezembro de 2019 os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante no consolidado estão demonstrados como segue:

Modalidade	Saldo contábil	2021	2022	2023	2024 a 2025
Moeda Nacional					
Aquisição de Imobilizado	3.204	1.074	1.065	1.065	
Crédito à Exportação	5.138		2.600		2.538
Crédito Rural, Custeio e Projeto	13.999	13.999			
	<u>22.341</u>	<u>15.073</u>	<u>3.665</u>	<u>1.065</u>	<u>2.538</u>
Moeda Estrangeira					
Crédito à Exportação	<u>452.050</u>	<u>108.958</u>	<u>138.383</u>	<u>42.897</u>	<u>161.812</u>
	<u>452.050</u>	<u>108.958</u>	<u>138.383</u>	<u>42.897</u>	<u>161.812</u>
Total	<u>474.391</u>	<u>124.031</u>	<u>142.048</u>	<u>43.962</u>	<u>164.350</u>

Notas Explicativas

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento	Derivativos	Tributos parcelados	Partes relacionadas	Total da dívida
Saldos em 1º de janeiro de 2020	829.738	202.147	13.686	24.401	171.561	1.241.533
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	40.474	(28.617)	(26.742)	(4.907)	71.263	51.471
(+) Captações de empréstimos e financiamentos	419.461					419.461
(-) Amortização de passivos	(374.869)	(28.617)		(5.579)		(409.065)
(-) Pagamentos de custos de captação	(4.118)				(4.118)	(4.118)
(+) Recebimento de partes relacionadas, líquidos					71.263	71.263
(-) Instrumentos financeiros derivativos pagos - financeiro			(26.742)			(26.742)
(+) Adesão parcelamento				672		672
Outras variações	227.723	152.182	53.167	(1)	(888.029)	245.042
(+) Adição novos contratos		5.908				5.908
(+) Aquisição de imobilizado financiados	12.208					12.208
(+) Atualizações juros	77.704	22.965		822	7.021	108.512
(-) Redução de Capital Excessivo					(145.465)	(145.465)
(-) Amortizações juros	(69.242)	(2.478)		(823)		(72.543)
(+/-) Ajustes MTM			92.723			92.723
(+/-) Atualizações variação cambial	203.996	145.374				349.370
(-) Amortização de parceria agrícola		(19.587)				(19.587)
(-) Amortização de contas a pagar					(49.585)	(49.585)
(-) Amortização variação cambial	(1.094)					(1.094)
(-) Instrumentos financeiros derivativos pagos - operacional			(27.903)			(27.903)
(+) Depósito de margem			(11.653)			(11.653)
(+) Custos de captação apropriado como despesa	4.151					4.151
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.097.935	325.712	40.111	19.493	54.795	1.538.046

	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento	Derivativos	Tributos parcelados	Partes relacionadas	Total da dívida
Saldos em 1º de janeiro de 2019	882.755		1.304	28.608	86.143	998.810
Impacto da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16		186.507				186.507
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(82.109)	(23.337)	(387)	(4.207)	56.215	(53.825)
(+) Captações de empréstimos e financiamentos	285.221					285.221
(-) Amortização de passivos	(364.799)	(23.337)		(4.898)		(393.034)
(-) Pagamentos de custos de captação	(2.531)				(2.531)	(2.531)
(+) Recebimento de partes relacionadas, líquidos					56.215	56.215
(+) Instrumentos financeiros derivativos pagos - financeiro			(387)			(387)
(+) Adesão parcelamento				691		691
Outras variações	29.092	38.977	12.769		29.203	110.041
(+) Adição novos contratos		20.363				20.363
(+) Atualizações juros	72.061	15.146		1.881		89.088
(+) Aquisição de mercadoria com partes relacionadas					29.203	29.203
(-) Amortizações juros	(69.245)	(1.974)		(1.881)		(73.100)
(+/-) Ajustes MTM						5.342
(+/-) Atualizações variação cambial	23.637	26.829	5.342			50.466
(-) Amortização de parceria agrícola		(21.387)				(21.387)
(-) Instrumentos financeiros derivativos pagos - operacional			7.427			7.427
(+) Custos de captação apropriado como despesa	2.639					2.639
Saldos em 31 de dezembro de 2019	829.738	202.147	13.686	24.401	171.561	1.241.533

19.1 Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia estão garantidos por alienação fiduciária de bens móveis e imóveis, aval, fiança, fiel depositário, hipoteca, nota promissória e penhor rural. Em relação as modalidades hipoteca e alienação fiduciária de bens imóveis, as terras estão registradas no ativo imobilizado da Companhia conforme Nota 16.5.

Adicionalmente, a integralidade das ações da controlada TS Brasil S.A. foram concedidas em penhor para os bancos Itaú Unibanco S.A. ("Itaú") e Bradesco S.A. ("Bradesco"). Atualmente, essa controlada possui como principal ativo terras que estão sendo cultivadas pela Companhia e, esses ativos estão em grande parte já concedidos em hipoteca aos mesmos credores e/ou outros bancos.

Notas Explicativas

19.2 *Covenants* e Outros compromissos

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas controladas pelos credores envolvidos em contratos financeiros são mantidas cláusulas de *covenants* financeiros em alguns dos contratos de dívidas, a medição destas cláusulas é realizada no encerramento de cada exercício social. A Companhia realiza o acompanhamento sobre o atendimento a tais cláusulas, e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, alguns dos *covenants* dos empréstimos junto aos bancos Banco do Brasil S.A. e AlmaStone Opportunitie não foram atendidos, mas foram obtidos os *waivers*.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os contratos celebrados possuem *covenants* financeiros padronizados sobre as demonstrações financeiras, conforme segue:

- a) Itaú Unibanco e Bradesco:
 - Limite para relação de 5,2 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;
 - Manutenção de participação societária mínima dos principais acionistas da Companhia.
- b) Banco do Brasil:
 - Limite para relação de 2,3 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;
 - Manutenção de participação societária mínima dos principais acionistas da Companhia.
- c) Santander:
 - Limite para relação de 5,2 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;
 - Manutenção de participação mínima dos principais acionistas da Companhia.
- d) Bunge do Brasil:
 - Liquidez corrente superior a 0,9.
- e) AlmaStone Opportunitie:
 - Limite para relação de 6,0 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;
 - Liquidez corrente superior a 0,9;
 - Limite para relação de 0,95 vezes Dívida x Patrimônio líquido.

No âmbito dos contratos de financiamentos firmados junto aos bancos Itaú e Bradesco, a Companhia possui junto as instituições financeiras um incentivo a liquidação antecipada, que consiste em um *fee letter* (despesa), em 6 de agosto de 2020, a Companhia repactuou a dívida com o Banco Bradesco mediante a assinatura previsto nos contratos, o qual torna-se crescente na ausência de liquidação antecipada dos contratos, ou seja, esse valor iniciou com saldo zero e crescerá gradativamente até 2025 (Bradesco e Itaú), quando atingirá o montante de US\$ 15.137 mil, equivalentes a R\$ 78.661 em 31 de dezembro de 2020.

Em 15 de dezembro de 2020 foi assinado pelo Banco Bradesco e Companhia carta de *waiver*, afastando as condições precedentes que impediam o alongamento da dívida, diante disso a Companhia contabilizou a operação conforme fluxo renegociado, incluindo a repercussão sob o *fee letter*. Contudo a nova repactuação trouxe uma cláusula de vencimento antecipado caso as garantias não sejam devidamente registradas em 180 dias a contar da data de assinatura da carta *waiver*.

Notas Explicativas

Os valores da tabela a seguir, em milhares de dólares norte-americanos, somente serão devidos quando da ausência de liquidação antecipada da dívida, ou ao final do contrato.

Período	Itaú	Bradesco	Total
	US\$	US\$	US\$
15/06/2021	655	429	1.084
15/12/2021	651	427	1.078
15/06/2022	655	429	1.084
15/12/2022	651	427	1.078
15/06/2023	655	429	1.084
15/12/2023	655	427	1.082
15/06/2024	655	429	1.084
15/12/2024	651	429	1.080
15/06/2025	655	429	1.084
15/12/2025		856	856
	<u>5.883</u>	<u>4.711</u>	<u>10.594</u>

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tem provisionado a título de *fee letter* o montante de R\$ 23.598 (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 6.843).

20 Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Clientes nacionais	13.248	38.228	13.248	38.256
Clientes estrangeiros	<u>175.772</u>	<u>157.397</u>	<u>175.772</u>	<u>157.397</u>
	<u>189.020</u>	<u>195.625</u>	<u>189.020</u>	<u>195.653</u>

Em 31 de dezembro de 2020, os valores da Controladora e do Consolidado, em moeda estrangeira, correspondem a US\$ 31.254 mil (em 31 de dezembro de 2019 - US\$ 39.050 mil, Controladora e Consolidado).

A Companhia possui adiantamentos que correspondem a R\$ 110.880 sobre os quais incidem taxas de juros de 10,0% a.a. (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 103.063 incidem taxas de juros entre 9,0% a 10% a.a.).

Notas Explicativas**21 Tributos parcelados**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
ICMS	1.024		1.050	
PRT			2.778	2.778
Previdenciário	14.819	19.976	15.176	20.451
Outros		517	489	1.172
	15.843	20.493	19.493	24.401
Circulante	(6.214)	(5.780)	(7.369)	(6.900)
Não circulante	9.629	14.713	12.124	17.501

22 Provisão para demandas judiciais

A Administração, com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas e suportada por opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora					
	2020			2019		
Causas	Provisão	Depósitos judiciais	Valor líquido	Provisão	Depósitos judiciais	Valor líquido
Trabalhistas	29.062	(13.192)	15.870	9.563	(2.509)	7.054
Tributárias	11.622		11.622	12.115		12.115
Cíveis	1.232		1.232	539		539
Total	41.916	(13.192)	28.724	22.217	(2.509)	19.708
Depósitos judiciais (ativo não circulante)			6.014			5.536

	Consolidado					
	2020			2019		
Causas	Provisão	Depósitos judiciais	Valor líquido	Provisão	Depósitos judiciais	Valor líquido
Trabalhistas	29.063	(13.192)	15.871	9.563	(2.509)	7.054
Tributárias	11.622		11.622	12.115		12.115
Cíveis	1.530		1.530	824		824
Total	42.215	(13.192)	29.023	22.502	(2.509)	19.993
Depósitos judiciais (ativo não circulante)			6.033			5.555

Notas Explicativas

22.1 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais para os quais não mantêm provisão para contingências nos montantes totais de R\$ 6.014 e R\$ 6.033 na controladora e consolidado, respectivamente (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 5.536 e R\$ 5.555, respectivamente).

22.2 Movimentação das provisões cuja perda é provável

a. Controladora – 1º de janeiro a 31 de dezembro 2020

Causas	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	7.054	12.115	539	19.708
Novos processos e complementos	20.190	2.049	680	22.919
Liquidações no exercício	(2.038)	(2.812)	(38)	(4.888)
Depósitos judiciais relacionados	(10.684)			(10.684)
Encargos financeiros no exercício	1.348	270	51	1.669
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	<u>15.870</u>	<u>11.622</u>	<u>1.232</u>	<u>28.724</u>

b. Controladora – 1º de janeiro a 31 de dezembro 2019

Causas	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	6.544	9.660	8.426	24.630
Novos processos e complementos	314	4.693	631	5.638
Liquidações no exercício	(987)	(3.080)	(8.478)	(12.545)
Depósitos judiciais relacionados	44	355	(356)	43
Encargos financeiros no exercício	1.139	487	316	1.942
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>7.054</u>	<u>12.115</u>	<u>539</u>	<u>19.708</u>

c. Consolidado – 1º de janeiro a 31 de dezembro 2020

Causas	Consolidado			
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	7.054	12.115	824	19.993
Novos processos e complementos	20.190	2.049	682	22.921
Liquidações no exercício	(2.038)	(2.812)	(45)	(4.895)
Depósitos judiciais relacionados	(10.683)			(10.683)
Encargos financeiros no exercício	1.348	270	69	1.687
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	<u>15.871</u>	<u>11.622</u>	<u>1.530</u>	<u>29.023</u>

Notas Explicativas

d. Consolidado – 1º de janeiro a 31 de dezembro 2019

Causas	Consolidado			
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	6.544	9.660	8.426	24.630
Novos processos e complementos	314	4.693	916	5.923
Liquidações no exercício	(987)	(3.080)	(8.478)	(12.545)
Depósitos judiciais relacionados	44	355	(356)	43
Encargos financeiros no exercício	1.139	487	316	1.942
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>7.054</u>	<u>12.115</u>	<u>824</u>	<u>19.993</u>

22.3 Ações com perda classificada como possível

As ações abaixo apresentadas compreendem aquelas cuja estimativa de perda é possível, conforme opinião da Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, e por isso não estão provisionadas nas demonstrações financeiras:

Causas	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Tributárias	156.674	157.016
Trabalhistas (i)	2.576	17.114
Cíveis (ii)	48.789	61.035
	<u>208.039</u>	<u>235.165</u>

- (i) A variação no exercício é substancialmente representada pela alteração no prognóstico do processo trabalhista conforme descrito na nota 22.4 (a).
- (ii) A variação no exercício é representada por acordo firmado entre a Companhia e Agropecuária Leyton Ltda. Para extinção de todos os processos nos quais a Companhia figurava em polo ativo e passivo.

a. Tributárias

As demandas tributárias classificadas com risco possível referem-se a pedidos de ressarcimento de créditos de COFINS não cumulativo; supostos recolhimentos a menor de percentual de diferencial de alíquota em operações estaduais; aproveitamento indevido de créditos de ICMS, referentes à compra de energia elétrica; indeferimentos de pedidos de compensação de créditos de IPI; ausência de declaração de valores referentes à contribuições em guias de recolhimento de FGTS e informações à Previdência Social (GFIP); supostos recolhimentos inferiores ao devido de contribuição previdenciária da agroindústria (SENAR); declarações de indébitos de IRPJ e CSLL; suposta falta de recolhimento do IRRF sobre ganho de capital auferido sobre pessoas jurídicas em operação de incorporação de ações da Maeda S.A. (posteriormente incorporada na controlada TS Brasil S.A) pela Companhia; autos de infrações de cobrança de contribuições previdenciárias incidentes sobre a receita bruta proveniente das exportações da produção rural de algodão e soja através de tradings e manifestações de inconformidade referentes a Pedidos Eletrônicos de Ressarcimento (PER) e Declarações de Compensação (DCOMP) para compensações de créditos presumidos de IPI; suposta taxa de fiscalização e funcionamento; suposta cobrança de ISS e taxa de alvará de abertura.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam como perda possível em razão da jurisprudência dos tribunais regionais e superiores ainda não estar pacificada quanto aos temas, da pouca especificidade de

Notas Explicativas

algumas teses de defesa e, em alguns casos, poucos julgados sobre a matéria em discussão, além de precedência de *leading cases* de casos semelhantes com decisões controvertidas.

b. Trabalhistas

As reclamações trabalhistas com perda classificadas como possíveis cingem-se basicamente a pedidos relativos a acidentes de trabalho e/ou decorrentes das atividades laborais; indenizações por danos materiais e morais em razão de tais fatos; adicionais de insalubridade; reversão de justa causa; horas extraordinárias e reflexos; indenização por estabilidade provisória; responsabilidade solidária em razão de terceirização de serviços; reflexos no 13º salário, férias e outras verbas; e contribuições ao INSS e FGTS.

Trata-se de reclamações usualmente promovidas por ex-colaboradores, pleiteando as verbas e direitos supostamente devidos pela Companhia no interregno do vínculo de trabalho.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam as mesmas como possíveis em razão da existência de vasta documentação comprovando o correto pagamento das verbas; além da existência de documentos comprovando a real jornada de trabalho (cartão de ponto); entrega de equipamentos de proteção individual (EPI); treinamentos e orientações de segurança; exames médicos; investigações de acidentes e eventuais desvios de condutas dos colaboradores para aplicação de demissão por justa causa, além de outros documentos referentes ao contrato de trabalho.

c. Cíveis

As ações judiciais cíveis com perda classificadas como possíveis apresentam pedidos de cobrança em razão de inadimplemento contratual, cobrança de danos materiais e morais decorrentes de acidente de trânsito, execução decorrente de auto de infração ambiental e ação civil pública decorrente de supostos danos causados ao meio ambiente.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam as ações cíveis como possíveis por conta da existência de documentos e outros meios de provas aptos a comprovar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos dos direitos dos autores, além de precedentes jurisprudenciais.

FWA Empreendimentos e Participações S.A.

No terceiro trimestre de 2017, a FWA Empreendimentos e Participações S.A. (“FWA”), ajuizou ação de Rescisão Contratual com pedido de Antecipação de Tutela que tem por objetivo a rescisão do contrato de Compra e Venda de Bens Imóveis e suas benfeitorias, firmado na data de 30 de setembro de 2014 com a Companhia, e por consequência, a rescisão do termo aditivo ao arrendamento e a devolução de caminhões que constituíram a forma de pagamento. Parcialmente deferida a antecipação de tutela em favor da parte autora no sentido de suspender os atos de plantio sobre a área arrendada para a safra 2017/2018, interposto agravo de instrumento no Tribunal de Justiça pela parte Companhia para anular a decisão, visto que já fora efetuado o plantio em aproximadamente 70% da área arrendada litigada. O agravo de instrumento foi julgado improcedente. Interposto agravo regimental, que teve parcial provimento, permitindo à Companhia finalizar o plantio de soja no restante da área litigada. A FWA apresentou agravo interno, sendo o mesmo parcialmente provido para limitar o plantio da safra de soja. Em primeira instância, por sua vez, após a juntada dos acórdãos e decisões proferidas nos agravos de instrumento, em 03 de dezembro de 2018 foi proferida decisão sobre as provas requeridas pelas partes, a Terra Santa se manifestou requerendo a redesignação da audiência de instrução e julgamento, pois uma das testemunhas arroladas pela ré não poderia comparecer. Assim, a audiência foi cancelada, por ter optado o juízo em ouvir as testemunhas através de carta precatória e intimando a FWA a se manifestar sobre os embargos de declaração. A Terra Santa embargou da decisão, apontando

Notas Explicativas

obscuridade, uma vez que não requereu fosse a audiência redesignada para oitiva das testemunhas em Nova Mutum - MT. Aguarda-se a apreciação do recurso. Em 21 de março de 2019, a FWA juntou sua manifestação aos embargos opostos pela Terra Santa contra a decisão que indeferiu a juntada de novos documentos pela ré. Em segundo grau, o Tribunal de Justiça negou provimento aos embargos de declaração, condenando ainda a Terra Santa ao pagamento de multa no percentual de 1% sobre o valor da causa. Foi interposto recurso especial contra o acórdão que aguarda julgamento. O recurso especial foi inadmitido, tendo sido interposto agravo de instrumento. Os autos foram remetidos ao Superior Tribunal de Justiça. O STJ deu provimento parcial ao recurso determinando a anulação dos acórdãos dos embargos de declaração opostos em segundo grau. Em face dessa decisão foi interposto agravo interno objetivando tão somente a reforma da decisão para reconhecimento do prequestionamento da tese de preclusão ao direito de recorrer da FWA (preclusão). O STJ negou provimento ao recurso da Companhia. Foram opostos embargos de declaração pela Companhia objetivando esclarecimento sobre a tese de preclusão de recorrer da FWA, tendo o recurso sido rejeitado pelo STJ. Os autos retornarão ao TJMT em razão da anulação pelo STJ dos acórdãos dos embargos de declaração opostos em segundo grau. Na hipótese de reversão do julgamento do agravo interposto pela FWA a Companhia deterá o direito de imissão na posse do imóvel.

Com base no entendimento dos consultores externos a Companhia classifica essa causa como possível e avalia que na hipótese de derrota no referido processo a condenação será fixada em R\$ 8.244 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 7.940 em 31 de dezembro de 2019).

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui registrado na rubrica de “Outros ativos no ativo não circulante” o valor de R\$ 14.275 (em 31 de dezembro de 2019- R\$ 14.275) referente a adiantamentos realizados sobre o contrato de arrendamento mencionado, montante esse que poderia ser considerado não realizável somente em eventual decisão desfavorável.

Espólio de J.L.F. - pessoa física

Trata-se de ação reivindicatória ajuizada por João Luiz Fabre e outros em face de Laerte Mioranza e Outros, com o objetivo de reintegrar à posse dos imóveis objeto da demanda, situados em Nova Mutum/MT, sob a alegação de terem sido indevidamente alienados pelos Réus em favor de terceiros. Com isso, requerem, ainda, o pagamento de reparação de danos pelo uso das terras. Os Réus apresentaram contestação e os Autores réplica. Foi deferida produção de prova oral e pericial para delimitação da área reivindicada. Encerrada a fase de instrução, foi proferida sentença de procedência, em 20 de agosto de 2019, reconhecendo como de propriedade dos Autores as áreas reivindicadas, além de condenar os Réus ao pagamento de reparação do dano, cujo valor será apurado em liquidação de sentença; foi deferida antecipação de tutela, consistente na reintegração de posse dos imóveis, consignando-se que na hipótese da área estar plantada, os Autores apenas terão a reintegração efetivada após a integral colheita. Foi reconhecida, ainda, a responsabilidade dos Réus Laerte Mioranza, Denice Cassol Mioranza, Juventino Domingos Mioranza e Geni Fochezato Mioranza, pela evicção, em relação aos denunciados à lide Ricardo Augusto de Souza e Silva e Lenir Marcondes Viana Souza e Silva (antigos proprietários). Com o recebimento do mandado de reintegração pela Terra Santa, a Companhia ingressou nos autos na condição de Terceira Interessada, e interpôs recurso de apelação. Em Segunda Instância, a Companhia apresentou Requerimento de atribuição de efeito suspensivo à apelação, o qual foi acolhido pelo TJ/MT, determinando a devolução da posse da área à Companhia. Em 27 de setembro de 2019, foi certificada pelo Oficial de Justiça a devolução da posse do imóvel à Terra Santa. Após apresentação de contrarrazões pelos Autores os autos foram remetidos ao TJMT para julgamento das apelações interpostas. Em 4 de maio de 2020, o Tribunal de Justiça negou provimento as apelações dos Réus, em face do acórdão do TJMT foram opostos embargos de declaração objetivando sanar os vícios constantes na decisão colegiada, o qual foi improvido pelo TJMT. Após a publicação da decisão a Companhia avalia a interposição de recurso especial e extraordinário para as Instâncias Superiores. Em decorrência dos efeitos do acórdão da apelação os Autores deram início ao cumprimento provisório da decisão tendo a área objeto do litígio sido reintegrada em 12 de agosto de 2020.

Notas Explicativas

A Companhia classifica essa causa como possível e avalia que na hipótese de decisão desfavorável o prejuízo econômico será fixado em R\$ 7.030 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 6.896 em 31 de dezembro de 2019).

22.4 Outras informações

As demais ações consideradas relevantes pela Administração da Companhia são:

a. Reclamações trabalhistas

Em 17 de março de 2009, a Companhia foi notificada da existência da demanda pelo descumprimento de cláusula contratual com M. C. de M. (cláusula penal) e pedido indenizatório em razão de suposta estabilidade. A ação foi julgada procedente em primeira e segunda instâncias, sendo que o Reclamante deu início a execução provisória da sentença. Na data de 15 de setembro de 2015 foi expedida Carta Precatória para o município de Nova Mutum/MT para penhora dos bens imóveis oferecidos em garantia pela Companhia, conforme divulgado na Nota 16.3. Por não haver mais recursos a serem interpostos, em 19 de junho de 2019 foi certificado o trânsito em julgado da sentença, iniciando-se a execução definitiva da condenação culminando no bloqueio de R\$ 1.528. Em junho de 2019 foi ajuizada Ação Rescisória, de competência originária do TST, com distribuição de pedido de tutela cautelar, que foi concedida em 1 de julho de 2019, suspendendo a execução e todas as ordens de bloqueio de contas até o julgamento da referida ação. Contra o deferimento da cautelar foi interposto agravo interno pelo Reclamante, em 4 de julho de 2019, mas que restou desprovido pelo Presidente do TST em 11 de julho de 2019. Em sessão realizada no dia 27 de outubro de 2020, a Ação Rescisória foi pautada para julgamento, oportunidade em que o Ministro Relator iniciou proferimento de voto julgando a demanda procedente a fim de reconhecer a incompetência da Justiça do Trabalho e, conseqüentemente, anulando toda a Reclamação Trabalhista promovida. Nesta mesma sessão, após sustentação oral realizada pelas partes, três ministros requereram vista do processo, inclusive o ministro relator. No dia 10 de novembro de 2020 referido caso foi pautado pelo ministro relator, oportunidade em que, diferentemente do observado na sessão anterior, foi proferido voto julgando a Ação Rescisória improcedente, de modo que a cautelar deferida anteriormente restou prejudicada. Desde a publicação do acórdão a Companhia tem adotado todas as medidas processuais cabíveis relativamente à referida decisão.

Em 30 setembro de 2020 o valor da condenação era de R\$ 23.450, dos quais a Companhia provisionava o montante de R\$ 6.638 em 30 setembro de 2020, sendo que o restante do valor atualizado da condenação, correspondente à R\$ 16.811, antes considerado como possível pela Companhia e seus advogados, passou a ser provisionado integralmente, em valores originais (R\$ 23.255 e provisionamento no montante de R\$ 6.443, ambos de 30 de junho de 2020, e o restante do valor da condenação de R\$ 16.811). O valor atualizado da condenação é de R\$ 26.008 em 31 dezembro de 2020, sendo que a Companhia provisiona integralmente esse valor.

Notas Explicativas

23 Patrimônio líquido

23.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social é de R\$ 2.780.572 (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 2.778.695), dividido em 21.779.313 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2019 - 21.640.380). Adicionalmente, a Companhia possui R\$ 20.851 de gastos com emissão de ações, referente ao processo de abertura de capital, como conta redutora do capital, totalizando R\$ 2.759.721 (em 31 de dezembro de 2019 – R\$ 2.757.844).

Fica assegurado aos acionistas, na proporção das ações de que forem titulares, direito de preferência para subscrição de aumentos de capital.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2019, foi aprovada a proposta de aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$ 50.000, mediante a emissão privada de 3.700.963 novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 13,51 (treze reais e cinquenta e um centavos) por ação, bem como a emissão de 7.401.926 bônus de subscrição, que serão conferidos como vantagem adicional aos subscritores das novas ações emitidas.

Durante o prazo para o exercício do direito de preferência, encerrado em 3 de junho de 2019, foram subscritas 3.498.503 novas ações, ao preço de emissão de R\$ 13,51 ação, o que resultou em um aporte de recursos para a Companhia no valor total de R\$ 47.264. Tendo em vista que o número de sobras de novas ações não subscritas durante o exercício de exercício do direito de preferência (“Sobras”) solicitadas foi superior ao total de Sobras disponíveis, as 202.460 Sobras foram rateadas, alocadas e integralizadas pelos subscritores, perfazendo um montante de R\$ 2.736.

Verificou-se nos meses de dezembro de 2019 a dezembro de 2020 o exercício de 138.933 bônus de subscrição e emissão de 138.933 ações ordinárias as titulares do bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado previsto no estatuto social da companhia. Os conselheiros consignaram que os valores pagos no exercício dos bônus de subscrição serão integralmente destinados ao capital social.

Em linha com a proposta de aumento de capital, em 2020, a Companhia registrou em seu patrimônio líquido o montante de R\$ 1.877, referentes a 138.933 ações, sendo essas partes das ações conferidas como vantagem adicional aos subscritores.

23.2 Destinação dos lucros

O lucro líquido do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, terá a seguinte destinação:

- 5% serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.
- 25% do lucro líquido de cada exercício será distribuído como dividendos obrigatórios, nos termos do artigo 202, da Lei nº 6.404/76.

Caso, após as deduções previstas acima, ainda haja saldo, ele ficará à disposição da Assembleia para destinação.

Notas Explicativas

24 Instrumentos financeiros

24.1 Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos, tais como riscos de mercado que inclui o preço das *commodities*, câmbio, liquidez e de crédito. Esses riscos são monitorados pela Administração utilizando-se instrumentos de gestão e políticas definidas pelo Conselho de Administração.

24.2 Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que procura maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada por capital próprio e de terceiros.

A Administração da Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital, considerando as determinações de cláusulas de covenants das operações de empréstimos e financiamentos (Nota 19.2). Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

24.4 Principais políticas contábeis

Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base na qual as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de instrumentos financeiros, estão referenciados na Nota 2.

24.5 Categoria de instrumentos financeiros

	Classificação	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	48.606	49.931	82.804	50.357
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	18.985	5.984	18.990	6.160
Títulos a receber	Custo amortizado	20.641	12.190	21.039	14.726
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	17.223		17.223	
Depósitos judiciais	Custo amortizado	6.014	5.536	6.033	5.555
		<u>111.469</u>	<u>73.641</u>	<u>146.089</u>	<u>76.798</u>
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado	290.436	159.306	290.452	159.337
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	1.097.935	829.738	1.097.935	829.738
Arrendamentos a pagar	Custo amortizado	325.712	202.147	325.712	202.147
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	57.334	13.686	57.334	13.686
Títulos a pagar	Custo amortizado	6.440	9.123	6.882	10.683
Partes relacionadas	Custo amortizado	55.237	171.961		
		<u>1.833.094</u>	<u>1.385.961</u>	<u>1.778.315</u>	<u>1.215.591</u>

Em função das operações da Companhia apresentarem natureza comercial e atenderem ao critério de somente principal mais juros, foram classificadas ao “custo amortizado”.

Notas Explicativas

24.6 Classificação e metodologia de apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, outros ativos, contas a pagar aos fornecedores, títulos a pagar e mútuos pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber e títulos a receber, se aproximam de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado que está disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

A Companhia e suas controladas aplicam o Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).
- Para os contratos de câmbio a termo, o valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de rendimento de investimentos com alta qualidade de crédito nas respectivas moedas contratadas (Nível 2).

Em 31 de dezembro de 2020, os instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado estão classificados no Nível 2 no montante líquido de R\$ 40.111 (passivo circulante). Em 31 de dezembro de 2019 R\$ 13.686 (passivo circulante).

24.7 Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de câmbio. Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras e, nessa Nota.

24.8 Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração, assessorado pelo Conselho Fiscal, bem como pelo Comitê Estratégico Financeiro tem responsabilidade e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

Os riscos operacionais da Companhia são constantemente avaliados pela auditoria interna, a qual se reporta diretamente ao Conselho Fiscal, órgão que tem por objetivo supervisionar e estabelecer as diretrizes a serem seguidas pela auditoria interna.

Do ponto de vista dos riscos financeiros, foi criado o Comitê Operacional de Riscos, órgão não estatutário e composto pela diretoria da Companhia, com o objetivo de monitorar e administrar os riscos de exposição ao câmbio, taxas de juros, crédito e as *commodities* agrícolas, bem como tomar as medidas necessárias com o objetivo de diminuir as exposições.

Notas Explicativas

Os principais riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

(i) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Historicamente, a Companhia e suas controladas não registram perdas significativas nas contas a receber de clientes.

A Administração mantém procedimentos de cobrança de clientes, conforme segue:

- (a) Créditos vencidos acima de 30 (trinta) dias: Efetuar notificação extrajudicial, informando antecipadamente a contraparte quanto a inclusão nos cadastros de restrição ao crédito.
- (b) Cadastramento em órgão de restrição ao crédito: A contraparte será incluída no cadastro de restrição ao crédito após 30 dias decorridos da confirmação do recebimento da notificação extrajudicial.
- (c) Créditos vencidos acima de noventa dias: Será realizada cobrança judicial, reunindo todos os documentos referentes à operação da negociação realizada.

A Companhia e suas controladas efetuam a análise individual dos clientes para a constituição da provisão para perdas de crédito esperadas, estabelecendo uma matriz de provisão que é baseada em seu histórico de perdas de crédito, ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico na qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível.

Parcela substancial das vendas da Companhia e de suas controladas é realizada para clientes seletos e altamente qualificados, principalmente *trading companies*.

A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas de contas a receber de clientes e títulos a receber em 31 de dezembro de 2020:

Nível	Rating	Taxa	Controladora		Consolidado	
			Saldo contábil	Provisão	Saldo contábil	Provisão
Contas a receber de clientes						
Risco baixo	A	0,1%	1.685	(2)	1.685	(2)
Risco razoável	B	0,5%	13.558	(67)	13.558	(67)
Duvidoso	C	10,0%	4.441	(630)	4.447	(631)
Perda	D	100,0%			195	(195)
			19.684	(699)	19.885	(895)
Títulos a receber						
Risco baixo	A	0,1%	11.883	(14)	11.883	(14)
Risco razoável	B	0,5%	2.747	(13)	3.147	(15)
Duvidoso	C	10,0%	4.750	(475)	4.750	(475)
Perda	D	100,0%	7.908	(7.908)	7.928	(7.928)
			27.288	(8.410)	27.708	(8.432)
			46.972	(9.109)	47.593	(9.327)

A Administração entende que o perfil de sua carteira de clientes não expõe a Companhia a riscos significativos de crédito. A Companhia considera o saldo de contas a receber de clientes e títulos a receber como exposto a este risco. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo é de R\$ 48.910 na controladora e R\$ 49.531 no consolidado (R\$ 30.336 na controladora e R\$ 33.143 no consolidado em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

(ii) Gerenciamento do risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na Administração da liquidez é de garantir e, na medida do possível, que sempre terão liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos e financiamentos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia efetuou pagamentos de empréstimos e financiamentos, incluindo juros, às instituições financeiras no montante de R\$ 434.608 (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 433.936), no consolidado. A Companhia não possuía linhas de créditos contratadas em 31 de dezembro de 2020 que não estivessem sendo utilizadas, porém possui linhas de créditos disponíveis que podem ser contratadas, caso seja necessário.

As tabelas abaixo analisam os passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado				Total
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	
Em 31 de dezembro de 2020					
Fornecedores	303.271				303.271
Empréstimos e financiamentos	535.693	173.388	281.533	200.687	1.191.301
Arrendamentos a pagar	76.528	73.345	107.265	229.423	486.561
Instrumentos financeiros derivativos	57.334				57.334
Títulos a pagar	5.415	1.467			6.882
	<u>978.241</u>	<u>248.200</u>	<u>388.798</u>	<u>430.110</u>	<u>2.045.349</u>

Os valores acima apresentados referem-se ao fluxo de caixa não descontado.

(iii) Risco de taxa de câmbio

A Companhia tem compromissos de venda, bem como de compras e de empréstimos e financiamentos, em moeda estrangeira. A Companhia contrata derivativos para reduzir a exposição ao risco de mudança na taxa de câmbio. Assim, o referido risco de câmbio é calculado levando-se em consideração os seguintes aspectos: (i) o impacto nas contas do balanço que são indexadas à moeda estrangeira; (ii) o impacto no fluxo de caixa das entradas e saídas de fluxo financeiro indexados à moeda estrangeira e; (iii) a Companhia adotava a prática de *hedge accounting*, designando suas dívidas expostas à variação do risco cambial como *hedge* tanto das suas vendas futuras para fins de exportação, bem como vendas futuras indexadas ao dólar norte-americano, como descrito no item 24.9. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui dívidas expostas à variação do risco cambial designadas ao *hedge* no montante de R\$ 620.403, equivalentes a US\$ 119.391 mil (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 522.151, equivalentes a US\$ 129.543 mil).

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2020 que está vinculado as variações da moeda estrangeira. Para fins de análise de sensibilidade, a Administração adotou como cenário I (provável) a taxa de mercado futuro vigente na data-base de elaboração destas demonstrações financeiras, para o cenário II (possível) esta taxa foi corrigida em 25% e para o cenário III (remoto) em 50%. A Companhia entende que estes cenários são razoáveis considerando o seu contexto operacional.

Descrição	Saldos em 2020 em US\$ mil	Cenário I - Provável		25%		50%	
		Taxa (*)	R\$ ganho (perda)	Cenário II - Possível		Cenário III - Remoto	
				Taxa	R\$ ganho (perda)	Taxa	R\$ ganho (perda)
Ativos							
Depósitos bancários - em moeda estrangeira	6.217	5,2774849	504	6,5969	8.203	7,9162	16.406
Contas a receber de clientes	3.124	5,2774849	253	6,5969	4.122	7,9162	8.244
Passivos							
Fornecedores de insumos	47.989	5,2774849	(3.891)	6,5969	(63.316)	7,9162	(126.631)
Arrendamentos a pagar (i)	62.208	5,2774849	(5.044)	6,5969	(82.075)	7,9162	(164.151)
Empréstimos e financiamentos (ii)	183.000	5,2774849	(14.839)	6,5969	(241.444)	7,9162	(482.889)
Efeito líquido no resultado			<u>(23.016)</u>		<u>(374.510)</u>		<u>(749.020)</u>
Passivos							
Empréstimos e financiamentos (iii)	121.870	5,2774849	(9.882)	6,5969	(160.792)	7,9162	(321.584)
Efeito líquido no resultado abrangente			<u>(9.882)</u>		<u>(160.792)</u>		<u>(321.584)</u>
Efeito líquido total no patrimônio líquido			<u>(32.898)</u>		<u>(535.302)</u>		<u>(1.070.604)</u>

(*) A taxa de conversão (R\$ 5,2774849 para US\$ 1,00) utilizada nas tabelas de sensibilidade como cenário provável para os próximos 12 meses foi obtida na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros na data base de 31 de dezembro de 2020.

- (i) Os contratos de arrendamento estão valorizados pela *commodities*, cujo valor está em dólar.
- (ii) Empréstimos e financiamentos não designados no *hedge accounting* e com efeito no resultado do exercício.
- (iii) Empréstimos e financiamentos designados no *hedge accounting* e com efeito no patrimônio líquido.

A Companhia e suas controladas possuem contratos de venda em dólar norte-americano de produtos agrícolas, conforme divulgado na Nota 31 no montante de US\$ 101.882, as quais, não foram adicionados na tabela acima, já que ainda não foram faturadas e, portanto, não estão registrados nas contas a receber de clientes.

(iv) Risco de taxa de juros

A Companhia possui empréstimos e financiamentos indexados pela variação da LIBOR, expondo estes passivos às flutuações nas taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade abaixo. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Em linhas gerais o risco da Companhia está atrelado à variação da Libor, pois os principais contratos estão vinculados a este indexador. Para efeito de análise de sensibilidade de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2020, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2020. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi corrigida em 25%, e para o cenário III (remoto), em 50%.

Modalidade	Saldos em 2020	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		Taxa (*)	R\$ ganho (perda)	Taxa	R\$ ganho (perda)	Taxa	R\$ ganho (perda)
Aplicações financeiras							
CDI	356	1,90%		2,38%		2,85%	
Empréstimos e financiamentos							
Libor 6 meses	950.939	0,26%	(2.450)	0,32%	(3.062)	0,39%	(3.675)
Efeito líquido no resultado			(2.450)		(3.062)		(3.675)

(*) As taxas utilizadas nas tabelas de sensibilidade como cenário provável foram extraídas nos sites dos órgãos oficiais de divulgação dos respectivos índices.

(v) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia mensurados ao custo amortizado são representados, substancialmente, por empréstimos e financiamentos que são corrigidos por taxas de juros variáveis, conforme divulgado nas respectivas notas explicativas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros representados por contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores substancialmente com vencimento em curto prazo. No entendimento da Administração devido a essas características o valor justo destes instrumentos é próximo aos saldos contábeis.

(vi) Risco dos preços das commodities

A Companhia produz e comercializa soja, milho, girassol e derivados de algodão (caroço e pluma), produtos esses caracterizados como *commodities* agrícolas e oriundos de produção própria.

As *commodities* são negociadas no Brasil e no exterior e possibilitam a adoção de ferramentas de proteção de preços. A maior parte da proteção contra a variação dos preços das *commodities* é realizada através de vendas antecipadas diretamente aos clientes com entrega física.

A Companhia gerencia o risco de exposição a *commodities*, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos.

(vii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio e nos preços das *commodities* e não são utilizados para fins especulativos.

Notas Explicativas

Tipo	2020			2019		
	Valor de referência (nocial), em USD mil	Valor justo (mercado) em R\$	Efeito no resultado financeiro em R\$	Valor de referência (nocial), em USD mil	Valor justo (mercado) em R\$	Efeito no resultado financeiro em R\$
Ativo						
Hedge/Swap de valor justo (USD)						
NDF de valor justo (USD)			62.233			2.934
Commodities preço - Algodão			54.703			4.641
Commodities preço - Soja	2.684	17.223	17.234			
Passivo						
NDF de valor justo (USD)	(55.250)	(17.335)	(105.902)	(40.000)	(10.311)	(6.311)
Commodities preço - Algodão	(22.528)	(34.069)	(120.991)			
Commodities preço - Soja	(1.467)	(5.930)		(4.925)	(3.375)	(6.606)
	<u>(76.561)</u>	<u>(40.111)</u>	<u>(92.723)</u>	<u>(44.925)</u>	<u>(13.686)</u>	<u>(5.342)</u>

24.9 Hedge accounting

Conforme descrito na Nota 2.5.4, em 12 de fevereiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia deliberou pela interrupção da designação de novos instrumentos financeiros na política de *hedge accounting*. A partir desta data, as variações cambiais incorridas nestes instrumentos financeiros, não designados, foram contabilizadas diretamente a resultado do exercício.

Desde agosto de 2013, a Companhia efetuava a designação formal de suas operações sujeitas a *hedge accounting*, para os instrumentos financeiros não derivativos de proteção de fluxos de caixa das receitas de exportação de soja, algodão em pluma, caroço de algodão e milho, documentando: (i) o relacionamento do *hedge*; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em tomar o *hedge*; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração retrospectiva e prospectiva da efetividade do *hedge*.

A Companhia efetuou registro dos ganhos e perdas considerados como efetivos para fins do *hedge accounting* na conta ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, até que o objeto de cobertura (item coberto) afete o resultado, momento no qual este ganho ou perda de cada instrumento designado deverá afetar o resultado na mesma rubrica que o item protegido (no caso, receita de vendas).

Os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

	2020	2019
No início do exercício	(21.485)	(108.876)
Varição do valor justo de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(171.331)	(37.809)
Valores transferidos para a demonstração do resultado	68.009	123.474
Parcela ineficaz da perda transferida para o resultado financeiro		1.726
No final do exercício	<u>(124.807)</u>	<u>(21.485)</u>

Notas Explicativas

Contrato de financiamentos	Exercício de realização		
	2021	2022	Total Geral
Crédito à Exportação (PPE)	(48.991)	(75.401)	(124.392)
Crédito à Exportação (ACC)		(415)	(415)
Efeito no patrimônio líquido	<u>(48.991)</u>	<u>(75.816)</u>	<u>(124.807)</u>

25 Remuneração dos administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

A remuneração (fixa e variável) dos diretores e conselheiros nos exercícios foi a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Remuneração de conselheiros		
Remuneração fixa	(1.608)	(1.974)
Remuneração da diretoria		
Remuneração fixa	(2.867)	(2.478)
Remuneração variável	(1.543)	(1.400)
Encargos sociais	<u>(871)</u>	<u>(927)</u>
	<u>(6.889)</u>	<u>(6.779)</u>

A Companhia não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

26 Receita líquida de vendas e serviços

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
		(Reapresentado Nota 2.22)		(Reapresentado Nota 2.22)
Receita bruta de vendas e serviços	<u>1.000.172</u>	<u>744.881</u>	<u>1.004.989</u>	<u>746.271</u>
Variação cambial (<i>Hedge</i> fluxo de caixa)	<u>(68.009)</u>	<u>(123.474)</u>	<u>(68.009)</u>	<u>(123.474)</u>
Deduções de vendas				
Devoluções e abatimentos	(3.124)	(246)	(3.928)	(641)
Impostos sobre vendas	<u>(28.263)</u>	<u>(27.343)</u>	<u>(29.790)</u>	<u>(27.104)</u>
Total das deduções de vendas	<u>(31.387)</u>	<u>(27.589)</u>	<u>(33.718)</u>	<u>(27.745)</u>
Receita líquida de vendas e serviços	<u>900.776</u>	<u>593.818</u>	<u>903.262</u>	<u>595.052</u>

Notas Explicativas

27 Despesas por natureza

Apresentamos a seguir, segregação por natureza, dos custos e das despesas apresentadas na demonstração do resultado de acordo com sua função:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
	(Reapresentado Nota 2.22)		(Reapresentado Nota 2.22)	
Custos variáveis e gastos indiretos de produção	(133.714)	(117.849)	(87.132)	(86.765)
Matéria-prima	(386.871)	(315.768)	(386.871)	(315.768)
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produto agrícola	330.200	207.884	330.200	207.645
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(278.948)	(198.082)	(278.948)	(198.082)
Despesas com pessoal	(62.957)	(61.402)	(63.094)	(61.605)
Remuneração dos administradores	(6.889)	(6.779)	(6.889)	(6.779)
Manutenções, reparos e serviços de terceiros	(76.554)	(55.438)	(76.337)	(56.292)
Depreciações e amortizações	(54.044)	(55.386)	(55.670)	(51.928)
Fretes, comissões e despesas portuárias	(36.716)	(24.975)	(36.716)	(24.975)
Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado	3.046	14.876	3.043	(2.366)
Reversão de (perda) por redução ao valor recuperável de recebíveis	2.583	(5.301)	2.417	(5.062)
Reversão (perda) para perdas estimadas de estoques	1.595	(2.147)	1.595	(2.147)
Reversão (perda) de ativos (i)	10.089	(13.003)	12.061	(11.501)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(11.523)	(8.650)	(12.523)	(10.487)
	<u>(700.703)</u>	<u>(642.020)</u>	<u>(654.864)</u>	<u>(626.112)</u>

- (i) Em 2020, refere-se substancialmente ao valor reconhecido de indébito do Funrural nas vendas com fim específico de exportação, conforme divulgado na Nota 9.

Tais valores estão apresentados na demonstração do resultado do exercício nas seguintes rubricas:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
	(Reapresentado Nota 2.22)		(Reapresentado Nota 2.22)	
Custo dos produtos vendidos	(712.791)	(592.461)	(667.250)	(561.730)
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	330.200	207.884	330.200	207.645
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(278.948)	(198.082)	(278.948)	(198.082)
Despesas com vendas	(2.295)	(2.357)	(2.295)	(2.357)
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem	(47.617)	(45.901)	(48.931)	(48.338)
Outras receitas operacionais	10.748	(11.103)	12.360	(23.250)
	<u>(700.703)</u>	<u>(642.020)</u>	<u>(654.864)</u>	<u>(626.112)</u>

Notas Explicativas

28 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (Reapresentado Nota 2.22)	2020	2019 (Reapresentado Nota 2.22)
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	62	626	62	643
Ajuste a valor presente de recebíveis	246	874	289	1.011
Juros ativos (i)	11.500	949	12.629	383
Variações monetárias ativas		1.957	337	2.375
Descontos obtidos	7.826	5.724	7.180	5.041
	19.634	10.130	20.497	9.453
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(63.104)	(68.155)	(63.104)	(68.372)
Juros sobre arrendamentos	(22.874)	(15.146)	(22.874)	(15.146)
Juros passivos e multa de mora (ii)	(23.114)	(23.808)	(16.159)	(11.277)
Variações monetárias passivas	(16.388)	(5.565)	(16.725)	(6.175)
Ajuste a valor presente de fornecedores de insumos	(14.498)	(14.162)	(14.498)	(14.162)
IOF	(1.804)	(2.995)	(1.804)	(3.021)
Amortização de custos de captação	(4.142)	(2.706)	(4.142)	(2.706)
Custos contratuais de empréstimos - <i>fee latter</i>	(14.996)	(4.014)	(14.996)	(4.014)
Outras despesas	(1.692)	(2.767)	(1.708)	(2.847)
	(162.612)	(139.318)	(156.010)	(127.720)
Derivativos, líquidos				
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	134.168	33.988	134.168	33.988
Perda com instrumentos financeiros derivativos	(226.891)	(39.330)	(226.891)	(39.330)
	(92.723)	(5.342)	(92.723)	(5.342)
Variações cambiais, líquidas				
Variações cambiais ativas	183.025	67.535	183.025	67.466
Variações cambiais passivas	(266.994)	(64.678)	(266.994)	(64.704)
	(83.969)	2.857	(83.969)	2.762
Resultado financeiro	(319.670)	(131.673)	(312.205)	(120.847)

- (i) Refere-se substancialmente a cálculo de juros Selic sobre tributo ou contribuição administrado pela Secretaria da Receita Federal, passível de restituição ou ressarcimento. Em 2020 a Companhia registrou um ganho de R\$ 8.399 relativos a juros Selic sobre pedido eletrônico de ressarcimento.
- (ii) Refere-se substancialmente a multas e juros sobre tributos a recolher e parcelamentos tributários, juros sobre fornecedores e adiantamento de clientes. Adicionalmente, na controladora, inclui juros sobre operações de mútuo com partes relacionadas.

29 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

A seguir relacionamos as transações no exercício que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (Reapresentado Nota 2.22)	2020	2019 (Reapresentado Nota 2.22)
Compensação de tributos a recolher com saldos a recuperar	27.605	25.717	32.431	31.362
Venda de ativos a prazo	148	16.735	148	16.735
Aquisição de imobilizado financiado	12.208	9.404	12.208	9.406
Arrendamentos liquidados com produtos agrícolas	19.587	21.387	19.587	21.387
Fornecedores liquidados com operação de mútuo	49.585	36.055	49.585	36.055

Notas Explicativas

30 Resultado por ação (Controladora)

30.1 Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício (Nota 23). A tabela a seguir reconcilia o resultado e a média ponderada do valor por ação utilizado para o cálculo do lucro (prejuízo) básico e do lucro (prejuízo) diluído por ação.

	Controladora	
	2020	2019
Prejuízo utilizado na apuração do Prejuízo básico e diluído por ação	(56.848)	(134.719)
Quantidade de ações no exercício (milhares) - média ponderada do exercício	21.667	20.419
Prejuízo por ação - básico e diluído (R\$)	<u>(2,6237)</u>	<u>(6,5977)</u>

30.2 Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores: bônus de subscrição de ações, conforme mencionado na Nota 23.1. Os bônus de subscrição têm como objetivos principais garantir maior atratividade para os subscritores do aumento de capital, mitigar a diluição imediata relacionada ao aumento de capital e permitir a capitalização adicional da Companhia ao longo do prazo de três anos. Os bônus de subscrição foram emitidos em uma única série e cada bônus de subscrição, confere a seu titular o direito de subscrever uma nova ação ordinária de emissão da Companhia ao preço de exercício de R\$ 13,51 por ação.

A quantidade de bônus de subscrição ainda não convertidos em ações Companhia, é considerada como um potencial aumento de capital pressupondo-se o seu exercício.

	Controladora	
	2020	2019
Prejuízo utilizado na apuração do Prejuízo básico e diluído por ação	(56.848)	(134.719)
Quantidade de ações no exercício (milhares) - média ponderada do exercício	21.667	20.419
Conversão presumida de bônus de subscrição (milhares)	<u>7.238</u>	<u>7.377</u>
Quantidade de ações no exercício (milhares) - média ponderada do exercício para o lucro diluído	<u>28.905</u>	<u>27.796</u>
Prejuízo por ação - básico e diluído (R\$)	<u>(1,9667)</u>	<u>(4,8468)</u>

Notas Explicativas

31 Compromissos (Consolidado)

31.1 Vendas futuras

Os compromissos futuros existentes em 31 de dezembro de 2020 referem-se a Companhia e a controlada TS Brasil S.A., como segue:

								Consolidado
<u>Produto</u>	<u>Data de Entrega</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Contratos</u>	<u>Unidade</u>	<u>Moeda</u>	<u>Frete</u>	<u>Preço</u>	<u>Montante</u>
Safra 18/19								
Algodão em Pluma (i)	Out a Dez/20	1.000	3	LP	DÓLAR	CIF	0,7413	1.635
Safra 19/20								
Algodão em Pluma (i)	Out a Dez/20	4.691	12	LP	DÓLAR	CIF	0,6822	7.056
Algodão em Pluma (i)	Out a Dez/20	340	1	LP	REAL	CIP	3,2939	2.470
Algodão em Pluma	Jan a Mar/21	11.205	9	LP	DÓLAR	CIF	0,6981	17.245
Algodão em Pluma	Jan a Mar/21	2.500	1	LP	REAL	CIP	3,3700	18.574
Safra 20/21 (ii)								
Soja em Grãos	Jan a Mar/21	46.014	8	SC	DÓLAR	FOB	A FIXAR	
Soja em Grãos	Jan a Mar/21	20.000	2	SC	REAL	FOB	96,54	1.931
Soja em Grãos	Jan a Mar/21	139.986	27	SC	DÓLAR	FOB	16,08	2.251
Algodão em Pluma	Jul a Set/21	2.750	3	LP	DÓLAR	FOB	A FIXAR	
Algodão em Pluma	Jul a Set/21	4.665	7	LP	DÓLAR	FOB	0,66	6.791
Algodão em Pluma	Out a Dez/21	10.750	7	LP	DÓLAR	CIF	A FIXAR	
Algodão em Pluma	Out a Dez/21	12.835	10	LP	DÓLAR	CIF	0,64	18.104
Algodão em Pluma	Out a Dez/21	10.000	5	LP	REAL	CIP	3,3440	73.722
Algodão em Pluma	Jan a Mar/21	6.800	4	LP	DÓLAR	CIF	A FIXAR	
Algodão em Pluma	Jan a Mar/21	5.500	4	LP	DÓLAR	CIF	0,77	9.347
Milho em Grãos	Abr a Jun/21	6.000	1	SC	REAL	FOB	42,30	254
Milho em Grãos	Jul a Set/21	117.393	18	SC	REAL	FOB	26,27	3.084
Safra 21/22 (ii)								
Soja em Grãos	Jan a Mar/22	76.000	15	SC	DÓLAR	FOB	18,74	1.424
Soja em Grãos	Jan a Mar/22	22.300	6	SC	REAL	FOB	103,07	2.298
Algodão em Pluma	Jul a Set/22	4.250	8	LP	DÓLAR	CIF	0,66	6.183
Algodão em Pluma	Jul a Set/22	1.250	1	LP	DÓLAR	CIP	0,65	1.791
Algodão em Pluma	Jul a Set/22	250	1	LP	REAL	CIP	3,98	2.195
Algodão em Pluma	Out a Dez/22	11.750	6	LP	DÓLAR	CIF	0,66	17.148
Algodão em Pluma	Out a Dez/22	2.500	1	LP	DÓLAR	CIP	0,65	3.582
Algodão em Pluma	Out a Dez/22	5.950	1	LP	DÓLAR	FOB	0,71	9.266
Algodão em Pluma	Out a Dez/22	750	1	LP	REAL	CIP	3,98	6.584
Milho em Grãos	Jul a Set/22	9.000	2	SC	DÓLAR	FOB	6,50	59
Milho em Grãos	Jul a Set/22	10.200	3	SC	REAL	FOB	39,57	404
								DÓLAR
								101.882
								REAL
								111.516

- (i) Os volumes de 1.000 toneladas de Algodão em Pluma da safra 18/2019 e 5.003 da safra 19/2020, devido ao atraso logístico por parte do cliente, foram embarcados até a data de publicação destas demonstrações financeiras. A Companhia não sofreu penalidades contratuais devido ao atraso nos embarques.
- (ii) A comercialização de produto agrícola na Companhia segue a premissa de Lucro Esperado/Relação de troca, nesta premissa são levados em conta o planejamento agrícola, preços de insumos, gestão das exposições cambial, gestão de risco, ferramentas de derivativos, ou seja, a decisão da venda não leva em conta apenas o preço das *commodities*, mas sim uma série de fatores, visto que muitas vezes os preços da *commodities* estão altos, porém os insumos comprados também acompanham essa alta, essa gestão visa mitigar os riscos dos compromissos futuros e para isso os preços não devem ser analisados isoladamente.

Notas Explicativas

32 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratadas junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido (não auditado). Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, conforme demonstrado abaixo:

	<u>Valor segurado</u>
Responsabilidade civil	91.469
Riscos diversos - Imobilizado	<u>437.949</u>
	<u><u>529.418</u></u>

33 Informações por segmento

A Administração da Companhia definiu o segmento agrícola como o único segmento operacional e explora as atividades agrícolas com destaque para as culturas de soja, milho e algodão, baseando-se nos relatórios utilizados pela Diretoria Executiva da Companhia e pelo Conselho de Administração, os quais são os principais tomadores de decisões operacionais e estratégicas. As metas e avaliações de desempenho são definidas e acompanhadas considerando o segmento como um todo.

O segmento agrícola abrange, principalmente, a produção e comercialização de soja, milho e algodão cujas atividades consistem basicamente em: cultivo de produtos agrícolas e sua comercialização e beneficiamento de algodão em caroço.

A Companhia apresenta a receita líquida de vendas e serviços obtida na comercialização de seus produtos nos mercados interno e externo, como segue:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Mercado Interno	300.384	163.366
Mercado Externo	<u>602.878</u>	<u>431.686</u>
Receita líquida de vendas e serviços	<u><u>903.262</u></u>	<u><u>595.052</u></u>

A receita líquida de vendas, por segmento geográfico, elaboradas de acordo com o país de destino da receita, são assim representadas:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Brasil	52%	61%
Europa	32%	28%
Ásia	5%	2%
América do Norte	<u>10%</u>	<u>9%</u>
Total	<u><u>100%</u></u>	<u><u>100%</u></u>

Notas Explicativas

O detalhamento da receita líquida de vendas por produto é apresentado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Soja	357.675	298.404
Milho	56.097	57.908
Algodão em pluma	504.712	324.975
Caroço de algodão	36.440	26.353
Revenda de produtos	16.347	10.886
Variação cambial (Hedge fluxo de caixa)	<u>(68.009)</u>	<u>(123.474)</u>
Receita líquida de vendas e serviços	<u>903.262</u>	<u>595.052</u>

Os principais clientes da Companhia que individualmente representaram 10% ou mais das receitas totais são como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Bunge Alimentos S.A.	14%	20%
ADM do Brasil Ltda.	14%	12%
Amaggi Exportação e Importação Ltda	6%	11%

34 Eventos subsequentes

Conforme divulgado na Nota 1.4, foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, a proposta sobre a potencial combinação de negócios com a SLC Agrícola S.A. (Potencial Operação).

* * *

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações financeiras
individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Terra Santa Agro S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Terra Santa Agro S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Terra Santa Agro S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Terra Santa Agro S.A. e da Terra Santa Agro S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Memorando de entendimentos não vinculante – proposta de combinação de negócios

Chamamos a atenção para a Nota 1.4 às demonstrações financeiras, a qual descreve que, em 26 de novembro de 2020, a Companhia assinou um Memorando de entendimentos não vinculante, vigente por um período de 120 dias a partir de sua assinatura, que estabelece condições indicativas para uma transação de venda da operação agrícola por meio de incorporação de suas ações por potencial comprador, após a realização de uma reorganização societária para a segregação das propriedades rurais e benfeitorias que não serão objeto da transação. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento

profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do

exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa

auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como

um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações

financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma

opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Situação econômica e financeira da Companhia (Nota 1.2 às demonstrações financeiras)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 131.013 mil na controladora e R\$ 91.003 mil no consolidado.

A administração, baseada em suas projeções de resultados e de fluxos de caixa para os próximos doze meses a partir da data do balanço, possui expectativa de gerar caixa operacional, bem como capacidade de captar novos recursos junto a bancos e parceiros comerciais para suprir necessidades de caixa, independentemente da potencial combinação de negócios, divulgada na Nota 1.4.

Considerando as diferentes ações descritas na Nota 1.2, nem todas dependentes apenas de esforços da administração, bem como as premissas significativas e julgamentos críticos contidos na projeção de fluxos de caixa para os próximos doze meses a partir da data do balanço, determinamos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Dentre outros, efetuamos os seguintes principais procedimentos de auditoria:

- Obtivemos o memorando de avaliação da capacidade financeira preparado pela administração e confrontamos com as projeções de fluxo de caixa aprovadas pelo Conselho de Administração.
- Realizamos discussões com a administração em relação aos planos e ações divulgados.
- Avaliamos a razoabilidade das projeções de fluxo de caixa para os próximos doze meses a partir da data do balanço, confrontando os dados das principais premissas utilizadas para esse período com informações de mercado, quando disponíveis, e com informações históricas da própria Companhia.
- Verificamos se o cronograma de pagamentos dos empréstimos e financiamentos considerados no fluxo de caixa de doze meses está de acordo com as condições contratuais atuais. Adicionalmente, obtivemos evidência das linhas de crédito disponíveis.
- Testamos os controles internos da Companhia referentes ao monitoramento do cumprimento das cláusulas restritiva (covenants) existentes nos contratos de financiamento. Para os covenants não cumpridos, inspecionamos os consentimentos (waiver) obtidos junto às instituições financeiras correspondentes.
- Analisamos os eventos subsequentes até a data de emissão deste relatório.

Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações e dados obtidos.

Avaliação do valor recuperável do ágio (Notas 2.10 e 17 às demonstrações financeiras) e realização dos tributos diferidos ativos (Notas 2.16 e 11 às demonstrações financeiras)

• Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas mantém em suas demonstrações financeiras saldo de ágio de R\$ 275.484 mil, resultante de aquisições de negócios ocorridas em anos anteriores. A administração realiza ao menos uma vez por ano o teste de recuperação do ágio e da unidade geradora de caixa ("UGC") a qual o ágio foi alocado. A administração determinou o valor recuperável da UGC pela abordagem do valor em uso, calculado com base na metodologia do fluxo de caixa descontado.

•

• A Companhia e suas controladas também possuem tributos diferidos ativos provenientes de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 367.974 mil, os quais foram registrados com base em estudo que contém as projeções de lucros tributáveis futuros.

As projeções de resultado são base para a elaboração de fluxos de caixa futuros descontados e demandam a adoção de premissas e julgamentos significativos, pela administração, a fim de determinar uma adequada mensuração do valor recuperável da UGC, incluindo o ágio, bem como na mensuração de lucros tributáveis futuros para a avaliação da realização dos tributos diferidos. Variações nessas premissas podem alterar significativamente o valor recuperável da UGC, incluindo o ágio, e a realização dos tributos diferidos, com o consequente impacto nas demonstrações financeiras.

• Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos:

•

• Confrontamos os fluxos de caixa futuros utilizados no teste de recuperação do ágio com as projeções de resultados futuros ("Projeções") aprovadas pelo Conselho de Administração.

• Com o apoio de nossos especialistas internos em avaliação de negócios, discutimos a adequação do modelo utilizado pela administração para fins da avaliação de recuperabilidade do ágio.

• Avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas nas Projeções, tais como taxa de desconto, produtividade, preço de venda e custos de formação da cultura, mediante a comparação dessas premissas com informações de mercado, quando disponíveis, e com informações históricas da própria Companhia. Efetuamos também análises de sensibilidade para as principais premissas das projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis.

• Adicionalmente, para os tributos diferidos, entendemos e testamos, por amostragem, os ajustes fiscais necessários para projetar os lucros tributáveis futuros, bem como confrontamos os valores de prejuízos fiscais e das bases negativas de contribuição social, com as escriturações fiscais correspondentes. Avaliamos, também, se as projeções indicavam lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos.

Determinação do valor justo dos ativos biológicos (Notas 2.13 e 8 às demonstrações financeiras)

A Companhia mensura seus ativos biológicos pelo valor justo líquido de despesas de venda, por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado. Esse método requer o exercício de julgamento crítico por parte da administração da Companhia na determinação das premissas significativas, que incluem, entre outras, o preço futuro dos produtos (commodities), a cotação futura do dólar estadunidense e a produtividade estimada das lavouras.

Essa foi uma área de foco de nossa auditoria uma vez que variações nas premissas utilizadas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes, com impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Nossa abordagem de auditoria compreendeu, entre outros, os seguintes procedimentos:

- O entendimento e teste dos principais cálculos e premissas que são utilizados na avaliação e mensuração dos ativos biológicos.
- Avaliamos a razoabilidade da metodologia adotada e a consistência das principais informações e premissas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos, mediante (i) discussão com a administração, (ii) comparação com informações de mercado, quando disponíveis, e (iii) comparação com informações históricas da própria Companhia, considerando aspectos inerentes de cada cultura, bem como sua localidade, identificando e reportando ajustes considerados não relevantes pela Administração.
- Confrontamos as premissas desses cálculos com as premissas utilizadas nas projeções de resultados futuros ("Projeções") aprovadas pelo Conselho de Administração.
- Efetuamos análises de sensibilidade, considerando diferentes cenários de preços das commodities e produtividade das lavouras.

Nossos procedimentos e auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 2.22, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 11 de março de 2020, sem ressalvas.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2020, examinamos também os ajustes descritos na Nota 2.22, que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2019, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2019 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2019 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers Luis Fernando de Souza Maranhã

Audidores Independentes Contador CRC 1SP201527/O-5

CRC 2SP000160/O-5

Pareceres E Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, Previsto em Regulamentação Específica da Cvm)

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Terra Santa Agro S.A., no exercício das suas atribuições e responsabilidades, examinaram as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2020 e, com base nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando, ainda, o relatório de auditoria, sem ressalvas, emitido pela PwC Auditores Independentes, concluem que os documentos acima, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, e recomendam, por unanimidade, a aprovação de tais documentos pelo Conselho de Administração.

São Paulo/SP, 10 de março de 2021

Tereza Cristina Grossi Togni

Coordenadora do Comitê

Marcos Reinaldo Severino Peters

Membro do Comitê

Emilio Humberto Carazzai Sobrinho

Membro do Comitê

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AOS INCISOS V e VI do ART. 25 DA INSTRUÇÃO CVM. N. 480/09.

Os Diretores da Terra Santa Agro S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão, 108, cj 81 – Cidade Monções, CEP. 04571-150 e inscrita no CNPJ/MF sob o n. 05.799.312/0001-20, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela PwC Auditores Independentes e (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do exercício de 2019, em cumprimento ao art. 25, incisos V e VI da Instrução CVM n. 480/09.

São Paulo, 10 de março de 2021.

José Humberto Prata Teodoro Júnior

Diretor Presidente

Alexandre Segadilha Adler

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marcelo Lambrecht

Diretor Administrativo

Márcio José Ferreira

Diretor Operacional

Paulemar Barros

Diretor Comercial

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AOS INCISOS V e VI do ART. 25 DA INSTRUÇÃO CVM. N. 480/09.

Os Diretores da Terra Santa Agro S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão, 108, cj 81 – Cidade Monções, CEP. 04571-150 e inscrita no CNPJ/MF sob o n. 05.799.312/0001-20, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela PwC Auditores Independentes e (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do exercício de 2019, em cumprimento ao art. 25, incisos V e VI da Instrução CVM n. 480/09.

São Paulo, 10 de março de 2021.

José Humberto Prata Teodoro Júnior

Diretor Presidente

Alexandre Segadilha Adler

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marcelo Lambrecht

Diretor Administrativo

Márcio José Ferreira

Diretor Operacional

Paulemar Barros

Diretor Comercial